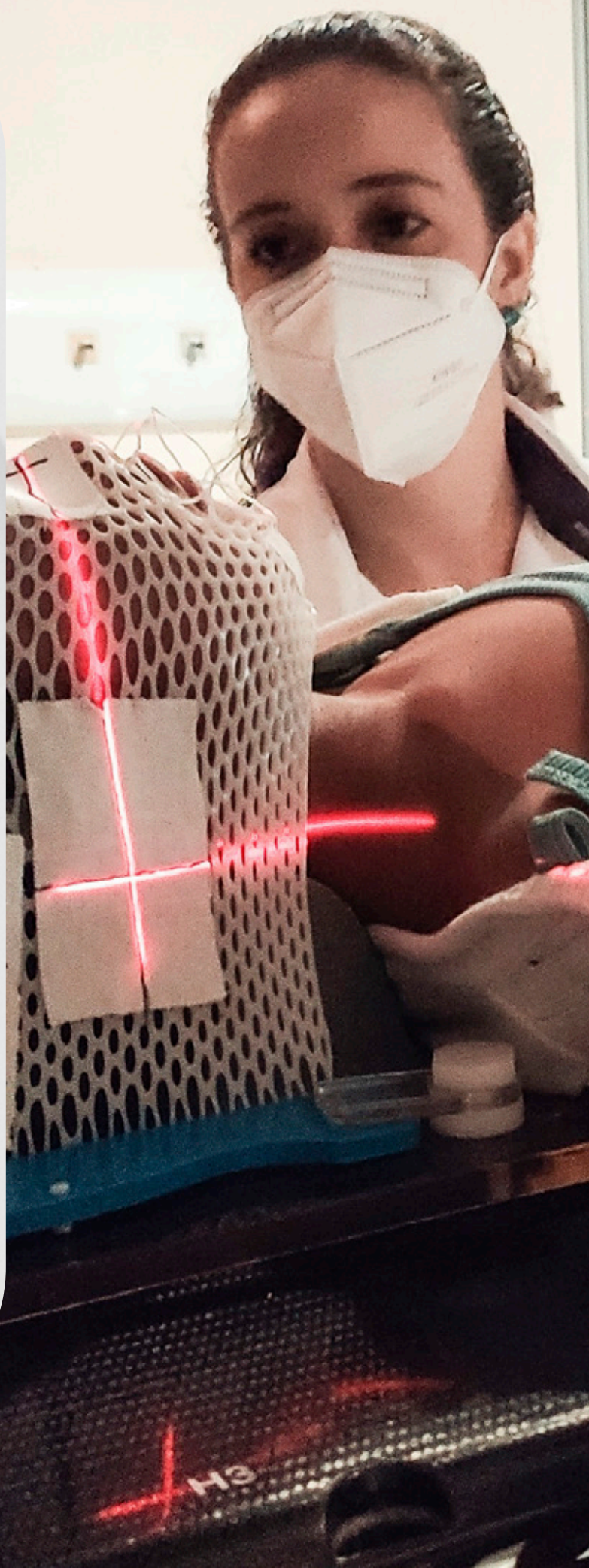


Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2022

FSFX

FUNDAÇÃO
SÃO FRANCISCO
XAVIER



Índice

Realização



FUNDAÇÃO
SÃO FRANCISCO
XAVIER

Diretoria Executiva

Diretoria Administrativo-Financeira

Diretoria de Soluções em Saúde,
Comercial e Marketing

Diretoria de Hospitais

Conselho Curador da Fundação
São Francisco Xavier

Ficha Técnica

Produção:

Gerência de Comunicação Corporativa

Gerência Executiva de Gestão

Textos, Projeto Gráfico e Diagramação:

Carolina Lana e Ariane Subtil

Trives Gestão Empresarial

Fotografias:

Arquivo FSFX

Elvira Nascimento

1

Mensagem da diretoria

..... 4

2

Sobre a Fundação

..... 8

3

Estratégia, pessoas e sustentabilidade

..... 12

4

Resultados financeiros

..... 16

5

Gestão de riscos

..... 22

6

Parecer dos auditores independentes

..... 24

7

Demonstrações Financeiras

..... 30

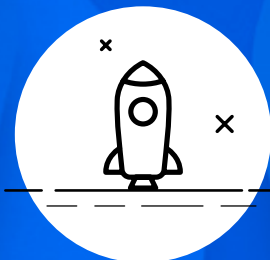


Mensagem da diretoria

O compromisso da Fundação São Francisco Xavier, de transformar vidas por meio da saúde e da educação, é incondicional e permanece inalterado no cotidiano das suas unidades. Em mais um ciclo de atuação, certamente um dos mais desafiadores no tocante ao equilíbrio das receitas e despesas, a Instituição encerra 2022 convicta de que suas entregas refletem os esforços de uma gestão responsável, dedicada à excelência dos serviços, sem se distanciar da sustentabilidade do negócio.

Os resultados apresentados nas próximas páginas confirmam o que já se previa: o cenário pós-pandêmico trouxe impactos severos, decorrentes das readequações pelas quais passaram os mais diversos segmentos que compõem a esfera produtiva da saúde e da educação. Assim como as demais organizações públicas e privadas dedicadas ao cuidado com as pessoas em todo o mundo, fomos tomados por uma sucessão de reveses, o que nos levou a uma nova e exigente realidade.

O reflexo inflacionário da crise econômica pode ser sentido na economia como um todo, mas de forma especial, o setor da saúde foi duramente atingido. O aumento da frequência do uso dos planos de saúde pelos usuários, resultado do volume represado durante os anos de 2020 e 2021, incidiu diretamente sobre a sinistralidade dos planos, ampliando os custos para a operadora. Concomitante, a inflação saúde, fechada em 25% ao final do



"A FUNDAÇÃO LANÇOU MÃO DA SUA EXPERTISE E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS À GESTÃO, EQUALIZANDO AS VARIÁVEIS COM FOCO EM UMA PERFORMANCE FINANCEIRA SAUDÁVEL"

FLAVIANO FEU VENTORIM
Diretor-Presidente

último ciclo, elevou os preços dos insumos do setor, não retornando ao patamar anterior à epidemia global.

Quanto aos aportes necessários, a inclusão de novos procedimentos ao *Roll* da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acelerou a incorporação de novas tecnologias nas unidades assistenciais, alterando a regularidade dessas atualizações. Se, anteriormente, se davam a cada dois anos, a partir desse último ciclo, passaram a ser contínuas. Ainda é necessário citar o aumento nas provisões obrigatórias pela ANS. Na média nacional, houve uma elevação em 15%. Tal performance, diretamente proporcional ao aumento do sinistro, amplia a necessidade de provisionamento e afeta o resultado das operadoras.

Também trouxeram impacto no provisionamento da Fundação em 2022 algumas decisões do STF - Supremo Tribunal Federal, acerca de temas tributários, em especial o julgamento de dois temas específicos – o 881 e o 885. Com o julgamento destes temas o STF definiu novos contornos da coisa julgada e seus impactos, a qual fica sujeita a quebra automática nas hipóteses de decisão divergente proferida em ação direta ou em sede de repercussão geral. Em outras palavras, decidiu pela possibilidade de reversão da coisa julgada em matéria tributária, o que impactou diretamente a isenção de ICMS obtida pela Fundação em ação transitada em julgado em 2011, com efeitos retroativos a 07.07.2018.

Obstinada a assegurar a qualidade assistencial, mais uma vez, a Fundação lançou mão da sua *expertise* e dos recursos disponíveis à gestão, equalizando as variáveis com foco em uma performance financeira

saudável. Além da dinâmica adotada para alcançar o equilíbrio das contas, que exigiu austeridade consciente, também é possível atestar nas próximas páginas o compromisso da Instituição em manter-se próxima e acessível à população.

Mesmo que o cenário de 2022 tenha levado a Instituição à revisão do seu escopo, a centralização das operações, a renegociação de contratos e a retomada de programas de otimização, a Fundação manteve investimentos em tecnologia, em novos postos de atendimento, na revisão e implementação de normas e processos e no desenvolvimento de pessoas, em uma clara demonstração de manutenção da melhoria contínua e da excelência nos serviços prestados.

O início das operações do novo centro médico da Usisaúde, na Baixada Santista, e a renovação do contrato de gestão do Hospital e Maternidade Vital Brazil (HMVB), em Timóteo (MG), são exemplos sequenciais de expansão e manutenção da assistência. No leste mineiro, a implementação pioneira pela Fundação do sistema “Dr. Marvin”®, software que recorre a técnicas de inteligência artificial para a análise de contas e auditoria médica, mostrou-se assertiva.

A incorporação tecnológica é estratégia recorrente no processo de evolução institucional, com impactos positivos na experiência do cliente. A prática de parcerias com *startups* evidencia um campo aberto e fértil à inovação, estabelecido dentro da Organização há anos. Somente em 2022, iniciamos projetos em frentes distintas. A Zetta Health Tech atua na construção de BI's gerenciais e operacionais; a VIK e a Cluube recorrem à gamificação para a promoção da saúde; a Upflux contribui



com a automatização dos processos relacionados à linha de cuidado do paciente, na unidade oncológica; e a Solucx tem sido testada para gestão de pesquisa de satisfação dos clientes.

E os investimentos em soluções tecnológicas são observados, também, no cotidiano das unidades. Nesse último ciclo, houve a implantação do Portal Digital do Cliente; da Internet no HMC I; de totens de autosserviço, com impressão de imagens, laudos e laboratório; evoluções no Portal do Fornecedor; atualização nos sistemas de diagnóstico por imagem, com infraestrutura de servidores e reconstrução de imagem 3D. Do viés participativo, programas como o InovaAí Ideias e InovaAí FSFX contribuíram para envolver e impulsionar os colaboradores ao desenvolvimento de ideias com foco em soluções inteligentes de problemas reais das unidades, premiando as melhores iniciativas.

E mesmo com a implementação prevista para 2023, o desenvolvimento do Projeto Lean nas Emergências exigiu disposição prévia das áreas envolvidas, gerando expectativa entre as equipes. Proposto pelo Ministério da Saúde com o objetivo de reduzir a superlotação nas urgências e emergências de hospitais públicos e filantrópicos do Brasil, o Hospital Márcio Cunha se prepara para capacitação de Gestão de Alta Performance em Emergências (GAPE), cadastro dos colaboradores na plataforma digital do projeto e a participação de consultores do Hospital Sírio Libanês, ainda no primeiro mês de 2023. A efetivação da metodologia prevê impactos operacionais significativos, como a redução do tempo de espera e rotatividade, evitando a superlotação da unidade.

Valores irrevogáveis para a Instituição, a Fundação São Francisco Xavier conclui mais um ciclo exercitando a saúde, a segu-

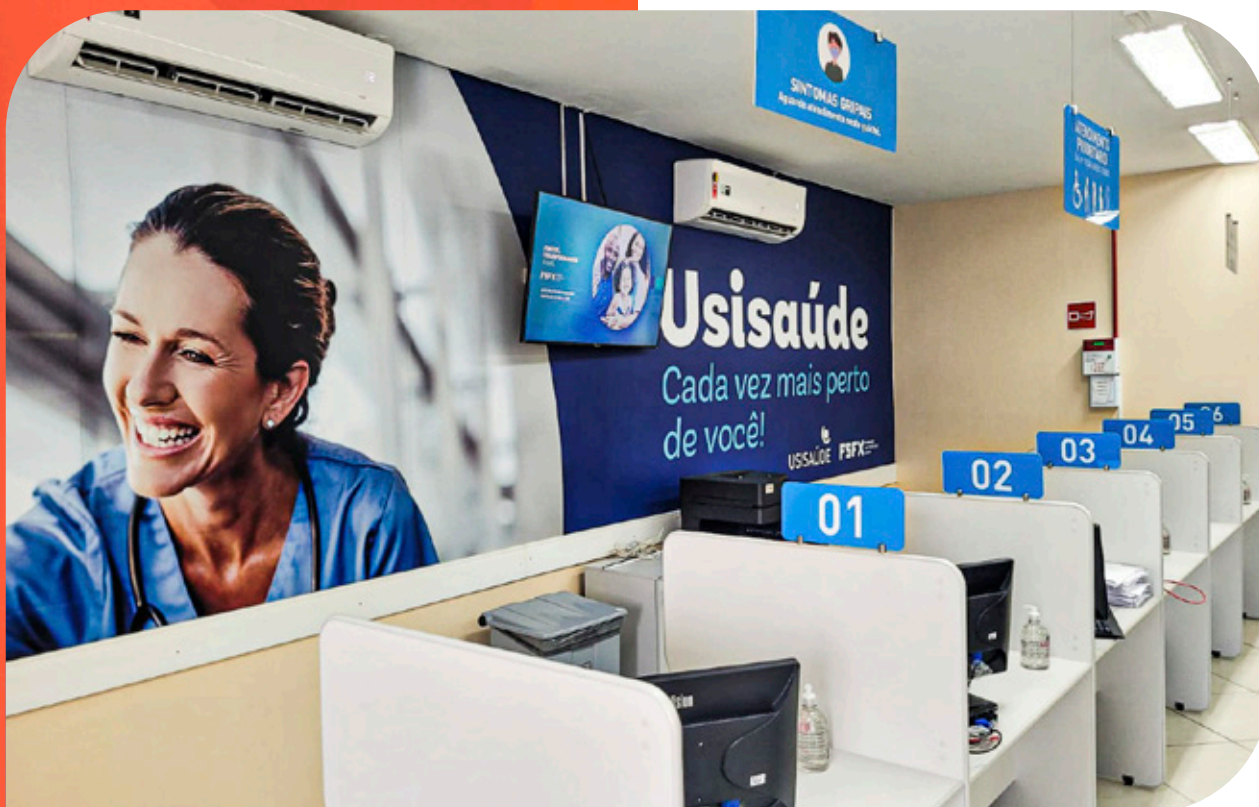


rança e o cuidado com o meio ambiente em todas as suas unidades e em cada atividade assumida por seus colaboradores. Indicadores apresentados pela unidade de soluções e saúde ocupacional, VITA, demonstram a assertividade dos esforços em tornar nossos ambientes seguros e saudáveis para todos os públicos, bem como tornar cada vez mais consciente o consumo dos recursos naturais, evitando desperdícios. Tal desempenho, detalhado no nosso relatório de sustentabilidade e alinhado aos princípios ESG (Environmental, Social, and Governance, sigla traduzida como governança ambiental, social e corporativa), conjuga eficiência, sustentabilidade do negócio e do planeta, e que somente se consolida com o comprometimento de todos.

Sem dúvida, o envolvimento do nosso efetivo é essencial para o crescimento e a saúde institucional e, principalmente, para a travessia de tempos turbulentos.

Se, em 2022, permanecemos entregando máxima qualidade, é porque pudemos contar com o diferencial pessoas. Frente a um contexto inevitavelmente desfavorável, recorreremos às nossas competências para a manutenção dos serviços. Com adaptabilidade contínua, efetividade sistêmica e comprometimento, mantivemos acesa a paixão que nos move a reinventar a saúde e a educação. E com a mesma colaboração participativa, esta nova gestão, empossada em novembro de 2022, se organiza para uma ampla revisão do planejamento estratégico e realinhamento do negócio, com foco na evolução assistencial e no equilíbrio financeiro. Afinal, os resultados da nossa Instituição podem até ser apresentados em dados numéricos ou descritivos, mas se traduzem em vidas acolhidas e transformadas, diariamente.

.....
**TRANSFORMAR VIDAS
 É O NOSSO PROPÓSITO**



- > **OITO** UNIDADES DE SERVIÇOS
- > PRESENÇA EM **CINCO** ESTADOS BRASILEIROS
- > **CINCO** CERTIFICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS
- > **6.429** COLABORADORES
- > **80%** DE ATENDIMENTO SUS

Sobre a Fundação

Reconhecida pelo governo federal como entidade beneficente de assistência social, a Fundação São Francisco Xavier (FSX) segue, ao longo de mais de cinco décadas, como agente da transformação social. Atuante nas áreas de saúde e educação, esferas tão significativas para a população, ao final de 2022 esteve presente em cinco estados brasileiros, reunindo 6.429 colaboradores comprometidos com a segurança e a qualidade máxima das suas entregas. A cultura de excelência acompanha a FSFX desde a sua instituição, como braço social da Usiminas, e se mantém por meio de uma gestão responsável e humanizada.

Ao concluir mais um ciclo de atividades, a Fundação São Francisco Xavier esteve à frente de cinco unidades hospitalares, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com cerca de 80% dos atendimentos voltados a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), e gerenciando a implementação de um novo hospital multifuncional, prestes a inaugurar na capital mineira. A Instituição manteve-se ainda como gestora da operadora de planos de saúde, Usisaúde, com mais de 194 mil beneficiários de planos de saúde médicos e 68 mil beneficiários de planos de saúde odontológicos; do Centro de Odontologia Integrada (COI), cujos indicadores de saúde bucal estão entre os melhores já divulgados no Brasil; e do VITA - Serviço de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente, respondendo por cerca de 160 mil vidas.

Embora a atuação no setor de saúde tenha elevado à Fundação São Francisco Xavier ao patamar de excelência em gestão hospitalar, sua origem está no setor educacional. Instituída em 1969, recebeu como tarefa inicial gerir o Colégio São Francisco Xavier (CSFX), e anos depois, o Hospital Márcio Cunha (HMC), ambos até então criados para o atendimento aos empregados da Siderúrgica e de seus familiares. E os traços indelévels da Usiminas podem ser notados, também, na área educacional. Ao longo de uma trajetória ascendente e premiada, o CSFX consolidou as bases para a criação da Fundação Educacional São Francisco Xavier, referência regional em educação, com cerca de 3 mil alunos da educação infantil à graduação.

Propulsora do desenvolvimento humano, a Fundação São Francisco Xavier traz em toda a sua história o movimento de proximidade com a comunidade, seja por meio da ampliação dos serviços ou da abrangência das suas unidades. Cada passo dado na direção assistencial tem sido realizado com responsabilidade e visão estratégica, mantendo a sustentabilidade como norteadora final das suas ações.

Frente aos mais adversos cenários, com destaque aos duros ciclos vivenciados nos últimos anos, a FSFX recorre a *expertise* galgada em 53 anos de atuação para fazer cumprir o seu propósito de promover a saúde e a educação a um elevado número de pessoas. Tal dinâmica induz a Instituição ao exame sistematizado de seus processos, perpassa princípios éticos e legais, privilegiando a transparência das relações e o respeito aos seus diferentes públicos.

Concomitante às ações voltadas diretamente para a experiência do cliente, a valorização, a capacitação e o incentivo ao autodesenvolvimento dos colaboradores compõem o cotidiano institucional, bem como a implementação de novas metodologias, a incorporação tecnológica, o ensino, a pesquisa e a inovação.

Para conciliar excelência dos serviços prestados e crescimento sustentável, a FSFX assume o exercício diário de superar os modelos adotados e evoluir continuamente no cuidado com as pessoas. Na prática, a ação desafiadora de reinventar a saúde e a educação passa pelas competências da gestão, sendo desdobradas de forma eficiente pelo sistema, com adaptabilidade inteligente e participação colaborativa dos profissionais. Afinal, toda ação arquitetada para resultados somente encontrará o seu êxito se promover, ao final de todo o processo, uma abordagem humanizada, acolhedora e suficientemente capaz de transformar.



Hospital Márcio Cunha - Unidade I



Hospital Márcio Cunha - Unidade II



Hospital Municipal Carlos Chagas



Hospital Maternidade Vital Brazil



Centro de Odontologia Integrada



Usisaúde



Hospital de Cubatão



Vita Soluções em Saúde Ocupacional

**PRESENTE
EM CINCO
ESTADOS
BRASILEIROS**



885

LEITOS NAS UNIDADES
HOSPITALARES

.....

900

MÉDICOS ATUANTES NAS
UNIDADES HOSPITALARES

.....

3.038

FORNECEDORES DE
MATERIAIS E SERVIÇOS

.....

174.573.681,56

MILHÕES INVESTIDOS
EM AQUISIÇÕES DE
MATERIAIS E SERVIÇOS

.....

563.782

HORAS DE TREINAMENTO

.....

194.315

BENEFICIÁRIOS DO
PLANO DE SAÚDE

.....

68.018

BENEFICIÁRIOS DE
PLANO ODONTOLÓGICO



Estratégia, pessoas e sustentabilidade

A Fundação São Francisco Xavier (FSFX) mantém o seu compromisso com a transformação social, promovendo a saúde e a educação com responsabilidade, ética e transparência. Ao conjugar preceitos legais, valores institucionais e excelência técnica, a Entidade, nascida como braço social da Usiminas, permanece em sentido ascendente, conciliando o exercício assistencial ao crescimento sustentável, em uma dinâmica que gera oportunidades e favorece o desenvolvimento humano e social.

Associada desde os primeiros anos de atuação ao setor da saúde, a Fundação São Francisco Xavier adota, em sua gestão, diretrizes estratégicas com pilares voltados para a expansão, no intuito de ampliar a área de abrangência, disponibilizar novos serviços aos seus clientes, adequar as estruturas existentes e ofertar atendimento digno à sociedade, indistintamente. Intrínseca a essa atuação, está a busca pela melhoria da experiência de seus pacientes e familiares, investindo em processos cada vez mais ágeis, digitais e sempre humanizados.



Como reflexo dessas diretrizes, a Fundação São Francisco Xavier tem investido nas obras do seu mais novo empreendimento hospitalar, o Hospital Libertas, em Belo Horizonte (MG). Concomitante, na Baixada Santista, disponibilizou, em 2022, um Centro Médico aos beneficiários da Usisaúde. Nesse último ciclo, a Instituição também avançou na digitalização dos processos, tendo como foco a ampliação da autonomia do cliente (totens de atendimento e aplicativo) e a eficiência de processos (inteligência artificial).

No intuito de fortalecer a segurança de clientes e colaboradores iniciou-se, no Hospital Márcio Cunha (HMC), a construção de uma escada externa para adequação de rota de fuga. Considerando ainda

os reflexos da pandemia de Covid-19 em sua força de trabalho, a Instituição investiu em programas focados na saúde mental dos colaboradores, promovendo espaço de escuta com psicólogos, estimulando a prática de atividades físicas e a interação social (presencial e digital). Em 2023, dará continuidade a projetos de ampliação de estruturas assistenciais (novas salas cirúrgicas, leitos de UTI e instalação de PET-SCAN) e buscará potencializar a verticalização da rede própria para a Operadora de Planos de Saúde (Usisaúde).

Pilar estratégico da Fundação São Francisco Xavier, a gestão assegura ao eixo Pessoas iniciativas que promovam o desenvolvimento integrado dos colaboradores, associadas a um atendimento cada vez mais eficiente e acolhedor. O lançamento, em 2022, da Trilha Qualidade de Vida, conectada ao pilar Ser +Você do Programa Ser+, demonstra os esforços da Instituição em qualificar os profissionais da FSFX e Fundação Educacional São Francisco Xavier (FESFX) para elevar a sua forma de viver e de atuar, dentro e fora do espaço corporativo. Em paralelo, o desenvolvimento de ações do Programa de Ações Preventivas contra a Violência (PAP) reforça o compromisso com a cultura de segurança, alinhado ao propósito de superação diária no cuidado de todos.

.....

**A FSFX GERA
OPORTUNIDADES
E FAVORECE O
DESENVOLVIMENTO
HUMANO E SOCIAL.**

O mapeamento de pessoas chave permaneceu norteando as oportunidades e retenção dos talentos da Instituição. A inserção do conceito de potencial e do indicador de retenção trouxeram novas perspectivas ao recurso, com ganhos balizadores para FSFX e FESFX. Em consonância com as diretrizes estratégicas, a área de educação corporativa seguiu proporcionando capacitações diversificadas, contribuindo para o aprimoramento em todas as frentes institucionais.

Já a aplicação do censo demográfico entre os colaboradores da FSFX e FESFX constituiu um passo decisivo para o mapeamento da diversidade e da cultura de inclusão na Instituição, promovendo a compreensão do estágio atual das ações relacionadas à diversidade, equidade e inclusão. A pesquisa trouxe em sua abordagem percepções em diferentes aspectos, como educação, políticas e práticas e engajamento social. A realização de diferentes iniciativas, inseridas no programa de diversidade e inclusão, sinalizam os investimentos da Fundação no fortalecimento desses valores e estão associadas à implementação da cultura ESG na empresa. Ainda em 2022, os comportamentos das competências de DNA da Instituição foram construídos juntos às lideranças e fornecedores e disseminados para consolidação dos comportamentos alinhados ao propósito de reinventar a saúde e educação com paixão para transformar vidas.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL.

Em qualquer contexto e segmentos nos quais se desdobram as suas atividades, a Instituição considera a responsabilidade socioambiental, bem como a garantia de cumprimento de suas obrigações legais e econômicas. Para a promoção de soluções em saúde e educação com sustentabilidade, FSFX e FESFX atuam em frentes distintas, com vistas a minimizar os impactos ambientais provenientes das suas atividades, alinhadas aos princípios ESG e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A adesão de energia fotovoltaica, ocorrida ainda no final de 2021 e que em 2022 demonstrou redução real, também, no custo final da energia despendida nas dependências da Instituição, exemplifica a adesão assertiva às iniciativas sustentáveis, bem como a performance sistematizada na gestão de resíduos, com exemplar destinação dos materiais e a efetiva coleta seletiva aplicada nas dependências da FESFX.

Assim, se reinventando diariamente em todos os seus processos, a Fundação São Francisco Xavier segue fortalecendo os pilares sustentáveis do negócio, que garantem a manutenção e a evolução na prestação dos serviços em saúde e educação, a partir de um atendimento humanizado, cuja experiência do cliente alcance o patamar mais elevando. Afinal, para a Instituição, o seu propósito maior somente é atingido quando o resultado dos seus esforços transforma, verdadeiramente, a vida das pessoas.





GRANDES
ESFORÇOS DAS
INSTITUIÇÕES E
PROFISSIONAIS
DA SAÚDE NO
ENFRENTAMENTO
À PANDEMIA.

Resultados financeiros

Apesar de tantos desafios, a economia brasileira surpreendeu positivamente em 2022, com seu Produto Interno Bruto crescendo mais que a grande maioria dos países do mundo. Entretanto, as incertezas geradas pelo cenário político e econômico devem manter uma alta volatilidade das projeções refletindo em avanços mais lentos e custosos para 2023. Tais projeções têm oscilado com certa frequência, mas, em geral, apontam uma inflação elevada, nos mesmos patamares do ano de 2022 e taxa Selic acima dos dois dígitos levando a um baixo crescimento

da economia brasileira com reflexo na criação de novos empregos. A taxa de câmbio deve permanecer no mesmo patamar, com o dólar superior a casa dos cinco reais.

A inflação oficial do ano de 2022, medida pelo IPCA, fechou acima da meta do Banco Central (Meta: 3,5% / Resultado 2022: 5,79%). Os economistas preveem ainda um crescimento, em 2023, no índice de inadimplência em relação a 2022, provocado por maior endividamento das famílias e empresas.

O ano de 2022 foi fortemente impactado pelos reflexos do represamento da demanda por serviços de saúde, provocada pela maior pandemia dos últimos cem anos, aumentando o custo assistencial das operadoras de planos de saúde e afetando fortemente as sinistralidades. Assim, um dos principais desafios para este ano é a retomada dos padrões aceitáveis de sinistralidade, permitindo a sustentabilidade das instituições.

Adicionalmente, importante relatar sobre as decisões do STF - Supremo Tribunal Federal, que impactaram diretamente o direito de isenção de ICMS da Fundação, levando a necessidade de provisionamento dos valores com efeitos retroativos ao mês de julho de 2018.

PRINCIPAIS DESTAQUES FINANCEIROS E DE PRODUÇÃO

VALORES FINANCEIROS EM MILHARES R\$

| ASPECTO | 2022 | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | Δ 2022 x 2021 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------------|
| 1. Receita Operacional Líquida | 1.042.122 | 1.057.959 | 896.334 | 826.272 | 749.161 | -15.838 |
| 2. Custos e Despesas Operacionais | 1.123.725 | 1.053.308 | 843.737 | 845.692 | 707.535 | 70.417 |
| 3. Resultado Operacional (1-2) | -81.603 | 4.651 | 52.597 | -19.420 | 41.626 | -86.254 |
| 4. Resultado Financeiro/Patrimonial | 17.381 | 16.243 | 11.930 | 14.292 | 10.795 | 1.137 |
| 5. Resultado do Exercício (3+4) | -64.223 | 20.894 | 63.786 | -5.128 | 52.421 | -85.117 |
| 6. Lajida/Ebitda ¹ | -39.996 | 32.771 | 81.367 | 19.951 | 76.542 | -72.767 |
| Margem Lajida/Ebitda ² | -3,84% | 3,10% | 9,10% | 2,40% | 10,20% | -6,94p.p |
| | | | | | | 0 |
| Total do Ativo | 967.901 | 908.708 | 890.157 | 684.009 | 663.633 | 59.193 |
| Caixa e Aplicações Financeiras | 191.657 | 307.122 | 345.709 | 321.673 | 294.088 | -115.465 |
| Investimento (Capex) | 154.413 | 68.771 | 170.149 | 37.991 | 42.396 | 85.642 |
| Dívida | 91.000 | 91.000 | 91.000 | 0 | 0 | 0 |
| Dívida Líquida | -100.657 | -216.122 | -254.709 | -321.673 | -294.088 | 115.465 |
| Nº de beneficiários Planos Médicos | 194.315 | 170.808 | 168.290 | 166.306 | 154.644 | 23.507 |
| Nº de beneficiários Planos Odontológicos | 68.018 | 62.025 | 53.911 | 57.569 | 58.593 | 5.993 |
| Sinistralidade Planos Segurados | 95,38% | 83,50% | 72,27% | 79,90% | 76,88% | 11,88p.p |
| Taxa de Ocupação dos Hospitais ³ | 72,00% | 62,00% | 61,40% | 78,50% | 82,60% | 10,0p.p. |
| Nº de Exames, Cirurgias e Consultas ³ | 4.282.183 | 4.104.105 | 3.574.632 | 3.770.678 | 3.420.733 | 178.078 |

¹Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

²Variação das margens em pontos percentuais

³HMC I e II, Oncologia HC, HMCC e HMVB.

Em 2022, a FSFX registrou uma retração de 1,5% na receita líquida em comparação ao ano anterior, atingindo a marca de R\$ 1.042,1 milhões. O principal motivo dessa queda foi a alteração imposta pela ANS, RN 528/2022 – CPC 47, em que a receita dos planos de saúde administrados passa a ser considerada como redutora de custos e não mais como receita. Mantendo a base dos anos anteriores, considerando o item acima exposto, a FSFX registrou uma elevação na ordem de 7,3% de suas receitas, justificada pelos novos contratos de saúde e segurança do trabalho, pela elevação do número de beneficiários dos planos de saúde e aumento dos recebimentos dos incentivos governamentais gerado pelo Valora Minas.

Os custos e despesas operacionais em 2022, por sua vez, foram de R\$ 1.123,7 milhões, alta de 6,7% em relação a 2021. Mantendo a base do ano anterior, devido as alterações realizadas pelas RN 528/2022 – CPC 47, os custos e despesas operacionais aumentaram 10,0%, devido aos desdobramentos relacionados à Covid-19, que causou aumento do volume de atendimentos dos usuários, afetando o custo assistencial dos Planos de Saúde, além de aumento dos atendimentos SUS para atendimento a política de atenção hospitalar do Valora Minas. Como consequência dessa alta hospitalização e demanda por insumos associados aos cuidados dos pacientes, bem como do custo com honorários médicos observado ao longo do ano, refletindo no índice de sinistralidade – relação entre o custo assistencial e a receita com as mensalidades – que atingiu a marca de

95,38%, ficando 11,88 p.p. acima do valor de 2021, devido a maior utilização dos serviços pelos beneficiários.

O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda/Lajida) atingiu (-R\$40,0 milhões) registrando um déficit operacional líquido de (R\$ 64,2 milhões), ambos impactados pelos fatores detalhados no aumento de custos e despesas, conforme esclarecimentos acima.

Incentivos públicos

Comprometida com o desenvolvimento humano e econômico das regiões onde atua, a Fundação São Francisco Xavier é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, certificação concedida pelo Ministério da Saúde.

O reconhecimento estatal é um dos inúmeros indicativos da efetividade dos programas e projetos que a FSFX realiza. São ações que agregam uma série de valores, capazes de assegurar o crescimento do negócio sem perder o compromisso com os cidadãos, os *stakeholders* e com as práticas sustentáveis.

Assumindo seu compromisso, a FSFX realizou via Sistema Único de Saúde no ano de 2022, mais de 159,8 mil Diárias de internações, 1,2 milhão de atendimentos ambulatoriais (Exames e Consultas) e aproximadamente 13 mil cirurgias.

As fontes de recebimentos de verbas públicas dos órgãos governamentais estão descritas na nota explicativas 15 e 24 das Demonstrações Financeiras.

INVESTIMENTOS

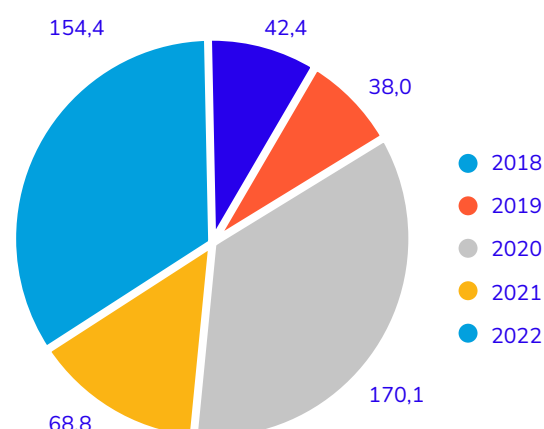
Para suportar e manter a tendência de crescimento, e seguindo a premissa de reinvestimento da totalidade dos resultados em suas atividades sociais, a FSFX investiu nos últimos cinco anos R\$ 506,8 milhões, ampliando e reformando suas estruturas físicas e modernizando seu parque tecnológico, com os seguintes destaques em 2022:

- **Reforma** do prédio adquirido na cidade de Belo Horizonte, para o início da operação de um hospital de grande porte na capital mineira;
- **Construção** de novas unidades de atendimento nos municípios de Timóteo e Santos;
- **Aquisição** de novos equipamentos para realização de exames de Diagnóstico por imagem (Tomógrafo e Ressonância) e cirurgias;
- **Implementação** de softwares para melhor experiência dos clientes e automatização de processos.

Investimentos

(VALORES FINANCEIROS EM MILHÕES R\$)

CAPEX



PERSPECTIVAS E DESAFIOS

As perspectivas político-econômico para 2023 são marcadas por grandes incertezas, principalmente cenário político interno conturbado e sinais pouco promissores vindos do exterior, além de sinais de desaceleração do crescimento econômico notados no 2º semestre de 2022, inflação e taxas de juros nos mesmos patamares de 2022, que levou a estimativa do crescimento PIB para 2023 inferior a 1% ao ano.

Com relação aos planos de saúde, a ANS aponta para aumento de portabilidade entre planos e maior pressão por preço, bem como níveis de sinistralidade das operadoras em patamares superiores ao período pré-pandemia, provocados por aumento da frequência do uso dos planos pelos beneficiários, aumento da inflação Saúde, aumento de novos procedimentos no Rol da ANS e envelhecimento da carteira.

Os desafios enfrentados pelas instituições de saúde em 2022 mostraram a necessidade de otimizar as operações administrativas, principalmente aumentando a eficiência dos processos por meio da automatização e uso de inteligência artificial; e flexibilizar o modelo de prestação de cuidados médicos, através da permanência e ampliação da telemedicina no ecossistema de saúde.

Nesse cenário, a FSFX terá grandes desafios pela frente, sendo eles:

- **Planos de saúde:** aumentar o número de vidas dos Planos Médicos e Odontológicos na Região Metropolitana de Belo Horizonte; promover o equilíbrio dos resultados e controle da utilização assistencial, em especial no estado de SP, com desenho de novas soluções; reajuste das mensalidades dos planos médicos e odontológicos; conter o avanço da sinistralidade.

- **Hospitais:** otimizar custos com materiais e medicamentos por meio de redução de consumo, revisão da padronização e redução dos preços de compra; aumentar a produtividade dos blocos cirúrgicos, otimizando o tempo de *set-up* das salas; equilibrar tabelas de honorários médicos conforme cenário regional; buscar novos recursos e emendas para cobrir o déficit do SUS.

- **Vita:** renovar contratos de saúde e segurança, corrigindo-os minimamente pela inflação; participar de licitações e buscar novos contratos com margem sustentável; ampliar escopo de serviços nos contratos superavitários.

- **Corporativo:** atuar na otimização das despesas administrativas; ampliar a captação de recursos e emendas parlamentares perante o poder público; ampliar a automatização e mecanização de processos nos setores de apoio.





ATENDIMENTO
HUMANIZADO,
ÁGIL E MODERNO.

Gestão de riscos

O processo de Gestão de Riscos da Fundação São Francisco Xavier é coordenado pela Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho Curador, com atuação independente. A estrutura de governança do processo é apoiada pelo Comitê de Gestão de Riscos Corporativos e diretrizes internas, a ressaltar, a Política de Gestão de Riscos Corporativos, disponível a todos os colaboradores.

A Fundação utiliza a abordagem de Riscos Corporativos atuando na identificação, análise, priorização, tratamento, monitoramento, e comunicação dos riscos que possam afetar o alcance da estratégia. Com a incorporação da visão de riscos na cultura e processos, busca-se atuar nos controles para prevenção de eventos adversos, criando e preservando valor.

Em 2022, pautados nos preceitos de melhoria contínua do processo, a metodologia de Gestão de Riscos Corporativos foi aprimorada, incluindo as principais ferramentas, governança do processo e programa de treinamento com participação da alta direção, colaboradores internos e terceiros, reforçando a disseminação da cultura de riscos e a preocupação da Fundação na garantia de processos mais seguros e eficientes.

A metodologia e disseminação da cultura de gestão de riscos tem como objetivo agregar valor à Fundação, ajudando a fortalecer as decisões da empresa, suportar o alcance das estratégias e antecipar os riscos dos negócios buscando alternativas para tratativa aos riscos. O segmento da Fundação é caracterizado pelo alto dinamismo e pelos diversos desafios relacionados a inovações de métodos e processos, competitividade, novas formas de trabalho e carência de profissionais capacitados, complexidade do ambiente regulatório e jurídico, variações de indicadores macroeconômicos e sociais, entres outros.

Todos esses desafios são suportados pela ferramenta de gestão de riscos que, alinhada à cultura de riscos, busca priorizar a melhor experiência aos clientes, por

meio de um atendimento humanizado, ágil e moderno. Bem como, manter um relacionamento transparente, íntegro e ético com a comunidade e órgãos governamentais, esses aspectos requerem atuação antecipada pelas áreas de negócio, que, auxiliadas pela metodologia de gestão de riscos corporativos, buscam prevenir e mitigar a materialização de potenciais ameaças.

METAS E COMPROMISSOS PARA 2023:

- Automatizar o processo de Gestão de Riscos Corporativos, garantindo assim, maior eficiência, integridade e produtividade no processo.
- Fortalecer a cultura de Gestão de Riscos Corporativos com colaboradores e terceiros que se relacionam com a Fundação.
- Promover interfaces com as áreas da Fundação, a fim de alinhar a metodologia de risco corporativo a nível operacional.

Parecer dos auditores independentes





Fundação São Francisco Xavier

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação São Francisco Xavier

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Francisco Xavier (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Francisco Xavier em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, cuja apresentação não é requerida às entidades de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

Demonstrações financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 341.114.274,64 | 400.779.205,45 |
| Disponível | 4.1 | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |
| Realizável | | 302.087.922,98 | 263.822.787,82 |
| Aplicações Financeiras | 4.2 | 102.471.363,29 | 96.949.643,74 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | | 88.572.933,56 | 56.523.685,54 |
| Aplicações Livres | | 13.898.429,73 | 40.425.958,20 |
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 5 | 35.787.906,42 | 30.301.246,80 |
| Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber | | 29.850.635,80 | 24.132.903,02 |
| Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis | | 5.811.068,61 | 4.979.477,43 |
| Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | | 126.202,01 | 1.188.866,35 |
| Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora | 6 | 86.346.447,24 | 77.500.048,75 |
| Créditos Tributários e Previdenciários | | 157.117,52 | 97.933,86 |
| Bens e Títulos a Receber | 7 | 70.232.051,88 | 56.121.632,37 |
| Despesas Antecipadas | | 7.093.036,63 | 2.852.282,30 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 626.787.044,75 | 507.928.991,01 |
| Realizável a Longo Prazo | | 99.272.281,37 | 104.517.474,21 |
| Aplicações financeiras | 4.2 | 50.159.107,96 | 73.215.851,36 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | | 4.681.481,52 | 4.681.481,52 |
| Aplicações Livres | | 45.477.626,44 | 68.534.369,84 |
| Títulos e Créditos a Receber | | 6.739.946,81 | 2.333.884,11 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 8 | 29.966.550,11 | 17.532.068,53 |
| Outros Créditos a Receber a Longo Prazo | 9 | 12.406.676,49 | 11.435.670,21 |
| Investimentos | | - | 171.466,96 |
| Outros Investimentos | | - | 171.466,96 |
| Imobilizado | 10 | 515.724.569,78 | 390.919.921,58 |
| Imóveis de Uso Próprio | | 114.516.571,00 | 107.053.464,65 |
| Imóveis - Hospitalares / Odontológicos | | 26.441.702,52 | 18.777.729,97 |
| Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos | | 88.074.868,48 | 88.275.734,68 |
| Imobilizado de Uso Próprio | | 77.665.171,91 | 83.067.581,94 |
| Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos | | 69.854.740,50 | 75.099.682,56 |
| Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos | | 7.810.431,41 | 7.967.899,38 |
| Imobilizações em Curso | | 207.411.452,70 | 90.892.872,52 |
| Outras Imobilizações | | 101.980.668,15 | 109.906.002,47 |
| Direito de Uso de Arrendamentos | 10.3 | 14.150.706,02 | - |
| Intangível | 11 | 11.790.193,60 | 12.320.128,26 |
| TOTAL DO ATIVO | | 967.901.319,39 | 908.708.196,46 |

BALANÇO PATRIMONIAL

| PASSIVO | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----|-----------------------|-----------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 221.955.076,36 | 165.514.601,02 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 12 | 85.814.304,67 | 58.525.860,10 |
| Provisões de Prêmios / Contraprestações | | - | 209.022,07 |
| Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG | | - | 209.022,07 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS | | 2.227.075,13 | 2.688.360,72 |
| Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores | | 41.807.801,96 | 31.460.902,92 |
| Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) | | 41.779.427,58 | 24.167.574,39 |
| Débitos de Operações de Assistência à Saúde | | 147.897,00 | 172.669,92 |
| Contraprestações/Prêmios a Restituir | | 25.948,85 | 37.913,19 |
| Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios | | 121.453,44 | 134.539,56 |
| Operadoras de planos de assistência à saúde | | 494,71 | 217,17 |
| Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora | 13 | 29.120.503,25 | 27.430.519,48 |
| Tributos e Encargos Sociais a Recolher | 14 | 8.917.337,15 | 6.861.844,24 |
| Débitos Diversos | 15 | 97.955.034,29 | 72.523.707,28 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 195.674.422,84 | 128.698.951,41 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 12 | 4.083.194,75 | 4.298.146,65 |
| Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS | | 4.083.194,75 | 4.298.146,65 |
| Provisões | 16 | 67.910.457,92 | 12.231.982,20 |
| Provisões para Ações Judiciais | | 67.910.457,92 | 12.231.982,20 |
| Débitos Diversos | 15 | 123.680.770,17 | 112.168.822,56 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL | | 550.271.820,19 | 614.494.644,03 |
| Capital Social / Patrimônio Social | | 492.500.602,13 | 550.301.143,59 |
| Reservas | | 57.771.218,06 | 64.193.500,44 |
| Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits | | 57.771.218,06 | 64.193.500,43 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 967.901.319,39 | 908.708.196,46 |

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|-------------------------|-------------------------|
| Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde | 18 | 548.494.756,14 | 591.514.179,12 |
| Receitas com Operações de Assistência à Saúde | | 548.494.756,14 | 591.514.179,12 |
| Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos | | 548.494.756,14 | 591.514.179,12 |
| Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos | 19 | (523.159.620,51) | (525.341.638,01) |
| Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados | | (505.547.767,32) | (522.893.590,46) |
| Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados | | (17.611.853,19) | (2.448.047,55) |
| RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | | 25.335.135,63 | 66.172.541,11 |
| Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde | | 3.521.899,68 | 2.334.310,91 |
| Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora | 20 | 490.104.861,30 | 464.110.989,51 |
| Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar | | 164.534.586,42 | 160.924.577,87 |
| Receitas com Operações de Assistência Odontológica | | 4.349.901,43 | 4.516.321,24 |
| Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS) | | 183.489.163,46 | 196.570.900,54 |
| Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar | | 122.567,42 | 551.908,52 |
| Outras Receitas Operacionais | 20a | 137.608.642,57 | 101.547.281,34 |
| Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde | | (10.117.676,28) | (8.936.891,72) |
| Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde | | (907.051,74) | (849.804,12) |
| Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças | | (5.395.961,27) | (6.764.573,21) |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | | (3.814.663,27) | (1.322.514,39) |
| Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora | 21 | (554.716.824,98) | (487.921.037,91) |
| RESULTADO BRUTO | | (45.872.604,65) | 35.759.911,90 |
| Despesas de Comercialização | | (916.398,72) | (914.251,09) |
| Despesas Administrativas | 22 | (34.814.428,47) | (30.194.626,51) |
| Resultado Financeiro Líquido | | 20.803.591,92 | 15.978.984,55 |
| Receitas Financeiras | 23.1 | 37.005.324,06 | 23.290.343,04 |
| Despesas Financeiras | 23.2 | (16.201.732,14) | (7.311.358,49) |
| Resultado Patrimonial | | (3.422.983,92) | 264.225,44 |
| Receitas Patrimoniais | | 1.170.142,95 | 1.648.461,50 |
| Despesas Patrimoniais | | (4.593.126,87) | (1.384.236,06) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |
| RESULTADO LÍQUIDO | | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Patrimônio Social | Reservas | Superávit (Déficit) | TOTAL |
|---|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|
| SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021 | 531.496.323,73 | 62.104.076,01 | - | 593.600.399,74 |
| Superávit do Exercício | | | 20.894.244,29 | 20.894.244,29 |
| Destinação do Superávit | | | | |
| Reserva Estatutária | | 2.089.424,43 | (2.089.424,43) | |
| Patrimônio Social | 18.804.819,86 | | (18.804.819,86) | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 550.301.143,59 | 64.193.500,44 | - | 614.494.644,03 |
| Déficit do Exercício | | | (64.222.823,84) | (64.222.823,84) |
| Destinação do Déficit | | | | |
| Reserva Estatutária | | (6.422.282,38) | 6.422.282,38 | - |
| Patrimônio Social | (57.800.541,46) | | 57.800.541,46 | - |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | 492.500.602,13 | 57.771.218,06 | - | 550.271.820,19 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------------|----------------------|
| SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

| | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------|-------------------------|------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| (+) Recebimento de Planos Saúde | | 711.483.846,64 | 625.371.835,14 |
| (+) Resgate de Aplicações Financeiras | | 173.518.543,17 | 70.692.943,55 |
| (+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras | | 26.119.671,62 | 13.271.819,63 |
| (+) Outros Recebimentos Operacionais | | 481.906.620,40 | 485.594.679,03 |
| (-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde | | (683.536.536,10) | (623.337.723,83) |
| (-) Pagamento de Comissões | | (913.155,01) | (914.251,09) |
| (-) Pagamento de Pessoal | | (258.213.997,89) | (266.484.364,13) |
| (-) Pagamento de Serviços Terceiros | | (77.262.562,44) | (80.125.448,45) |
| (-) Pagamento de Tributos | | (22.306.247,89) | (16.909.642,02) |
| (-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias) | 16.1 | (2.953.769,41) | (10.067.540,58) |
| (-) Pagamento de Aluguel | | (5.556.857,28) | (5.274.773,86) |
| (-) Pagamento de Promoção/Publicidade | | (1.261.667,97) | (3.906.147,71) |
| (-) Aplicações Financeiras | | (155.985.554,57) | (102.784.647,56) |
| (-) Outros Pagamentos Operacionais | | (111.461.900,23) | (85.477.488,38) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 28 | 73.576.433,04 | (350.750,26) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| (+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar | 10 | 1.563.211,37 | 689.458,00 |
| (-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar | 10 | (154.864.814,79) | (59.822.647,98) |
| (-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros | 10 | - | (3.916.160,99) |
| (-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível | 11 | (1.111.611,34) | (4.844.932,11) |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 28 | (154.413.214,76) | (67.894.283,08) |
| (-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing | 23.2 | (12.388.493,44) | (3.569.748,00) |
| (-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing | 10.3 | (4.704.790,81) | - |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 28 | (17.093.284,25) | (3.569.748,00) |
| VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 28 | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |
| Caixa Saldo Inicial | 4.1 | 136.956.417,63 | 208.771.198,97 |
| Caixa Saldo Final | 4.1 | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | 28 | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |
| Ativos Livres no Início do Período | 4.1 | 136.956.417,63 | 208.771.198,97 |
| Ativos Livres no Final do Período | 4.4 | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |
| AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES | 28 | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

| | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS | | 1.030.629.276,85 | 1.047.029.753,03 |
| Prestação de Serviços Hospitalares | | 352.373.651,31 | 362.011.799,65 |
| Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos | 18 | 548.494.756,14 | 591.514.179,12 |
| Outras Receitas | | 141.253.109,67 | 103.906.265,06 |
| Provisão p/ Perdas s/ Créditos - Reversão/Constituição | | (11.492.240,27) | (10.402.490,80) |
| (-) INSUMOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | (792.778.793,90) | (728.364.191,19) |
| Materiais Consumidos | | (77.072.353,36) | (83.164.251,40) |
| Serviços de Terceiros | | (97.501.328,19) | (90.030.054,37) |
| Eventos Indenizáveis | 19 | (505.547.767,32) | (522.893.590,46) |
| Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados | 19 | (17.611.853,19) | (2.448.047,55) |
| Provisão Para Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 10 e 11 | 569.628,81 | 6.724.028,99 |
| Provisão Ajuste para itens obsoletos | | 168.782,66 | (46.236,74) |
| Provisão ICMS Não Destacados em Notas Fiscais | 16a | (51.679.742,34) | |
| Outros Custos | | (44.104.160,96) | (36.506.039,66) |
| (=) VALOR ADICIONADO BRUTO | | 237.850.482,95 | 318.665.561,84 |
| (-) Depreciações, Amortização | 10 e 11 | (41.607.319,07) | (36.413.468,19) |
| (=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA INSTITUIÇÃO | | 196.243.163,88 | 282.252.093,65 |
| (+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | 38.175.467,01 | 24.938.804,54 |
| Receitas Financeiras | 23.1 | 37.005.324,06 | 23.290.343,04 |
| Outras Receitas não Operacionais | | 1.170.142,95 | 1.648.461,50 |
| TOTAL DO VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | 234.418.630,89 | 307.190.898,19 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | 234.418.630,89 | 307.190.898,19 |
| Remuneração do Trabalho (Pessoal e Encargos) | | (281.612.263,27) | (272.234.489,22) |
| Despesas Financeiras | 23.2 | (16.201.732,14) | (7.311.358,49) |
| Aluguéis Pagos | | (827.459,32) | (6.750.806,19) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras (em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fundação São Francisco Xavier ("FSFX" ou "Fundação") é uma entidade de direito privado, sem finalidade econômica e de duração indeterminada. A FSFX tem por objetivo o desenvolvimento de ações voltadas para o segmento de saúde, consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares, podendo para tanto, criar, gerir e administrar unidades hospitalares, clínicas, centros de diagnósticos e congêneres, promover o ensino da prática médica por meio de programas de residência, atuar no desenvolvimento de tecnologias em saúde, bem como promover a gestão de aparelhos de saúde de terceiros, públicos ou privados.

Para a realização de seus objetivos sociais, a FSFX poderá manter intercâmbio com entidades de saúde e celebrar convênio, parcerias e contratos de gestão com entidades de direito público ou privado compatíveis com suas finalidades, exercer atividades relativas à operação de assistência à saúde, bem como as ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, utilizando-se de rede própria, contratada ou credenciada. Poderá ainda desenvolver atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho visando à proteção da integridade física dos trabalhadores, à promoção da saúde e prestar serviços técnicos e de assessoria na área de saúde.

1.1 Imunidades Tributárias

A FSFX possui o direito de usufruir de imunidade tributária, vez que garantido nos termos do artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, ora regulamentado pelos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966). Não obstante ao direito constitucional, a FSFX também está em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social, no que tange aos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da CF/88, tendo esta indicação, demonstrada em seu Art. 3º, de que entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, farão jus a imunidade tributária § 7º do art. 195 da CF/88.

Nos termos da citada Lei Complementar, o Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e as imunidades de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

Para ter direito a imunidade a pessoa jurídica deve, dentre outros, atender os seguintes requisitos:

- I. Apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- II. Conservar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- III. Prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

Adicionalmente, nos termos do regulamento, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a FSFX deverá, alternativamente:

- I. prestar serviços ao SUS;
- II. prestar serviços gratuitos;
- III. atuar na promoção à saúde.
- IV. Ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS;

Esta nova Lei Complementar, revogou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e até o momento da publicação desta Demonstração Financeira, não houve nenhuma publicação de Decreto Federal que regule esta nova Lei Complementar, sendo assim, a FSFX continuamos utilizando as orientações do Decreto nº 7.300/2010; do Decreto 8.242/2014; da Portaria 1.970/2011 do Ministério da Saúde e da IN RFB 1.234/2012 com suas posteriores alterações.

A imunidade tributária da FSFX também é garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

Em cumprimento ao artigo 14 da Lei nº 5.172/1966, a FSFX:

- I – não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II – aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III – mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A FSFX declara estar em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como do órgão regulador ANS. Os valores usufruídos derivados do referido direito constitucional, fruto das contribuições sociais: COFINS, CSLL, Cota patronal e terceiros, bem como o PIS, não recolhidos ao Estado são demonstrados como se devidos fossem na nota explicativa 25.

1.1.1 Imunidade Tributária ICMS

A Fundação São Francisco Xavier - FSFX, em 2004, propôs Ação Declaratória n. 1.0313.04.150611-1/001, contra o Estado de Minas Gerais requerendo e postulando o reconhecimento de sua imunidade ao ICMS com fundamento na inexistência de relação jurídica tributária em vista no disposto no art. 150, VI, “c”, da Constituição:

*Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
VI - instituir impostos sobre:*

*c) **patrimônio, renda ou serviços** dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, **das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos**, atendidos os requisitos da lei;*

Com base no referido processo, o então Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em 26/01/2015, expediu Certidão declarando a imunidade objetiva da entidade em relação ao ICMS nas aquisições “de mercadorias efetuadas pela Fundação e destinadas à realização de suas atividades filantrópicas, no âmbito do Estado de Minas Gerais”.

Nesse sentido, a FSFX notificou seus fornecedores para que deixassem de recolher e destacar o ICMS em suas notas fiscais. Com arrimo na decisão – e, por conseguinte, na Certidão do EMG –, boa parte dos fornecedores (contribuintes de direito) assim o fizeram, o que reduziu o desembolso de valores pela Fundação, por ser contribuinte de fato (arcando com os custos tributários, como consumidora final).

Ocorre que, desde 2017, a mencionada decisão transitada em julgado da FSFX passou a estar em dissonância com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria. Isso porque foi firmada a Tese 342 de Repercussão Geral (RE 608872), com o seguinte teor: “A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido”

Em 28/04/2022, foi publicado o Decreto n. 48.412, o qual, mediante autorização do Convênio ICMS n. 31/2019, estabeleceu a remissão dos créditos tributários relativos ao ICMS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive suas multas e juros, decorrentes das operações destinadas, entre outras, à FSFX, cujo fato gerador tenha ocorrido no período de 01/01/2013 a 06/07/2018. Para a remissão dos créditos tributários, o contribuinte deverá apresentar, entre outros, requerimento na Administração Fazendária a que estiver circunscrito.

Em 01/06/2022, o atual Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais expediu Despacho, declarando sem efeito a mencionada Certidão emitida em 2015, com base, exclusivamente, na citada Tese 342 de Repercussão Geral.

Em 08/02/2023, foi firmada a Tese do Tema 885 no RE 9552271. Em resumo, discutiu-se como as decisões do STF em sede de controle difuso fazem cessar os efeitos futuros da coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Por unanimidade, no que aqui interessa, fixou-se que “as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”. Por maioria de votos, os efeitos da decisão não foram modulados.

Efeitos do Julgamento do Tema 885 (RE 9552271) para as ações da FSFX

Em decorrência do julgamento do Tema 885 pelo STF, a Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos, concluiu que se cessaram automaticamente os efeitos de decisão transitada em julgado da FSFX (Ação Declaratória n. 1.0313.04.150611-1/001). Desse modo, fornecedores da Fundação podem ser instados a pagar valores anteriormente não quitados por terem observado a decisão e, ato contínuo, ajuizar ação de cobrança em desfavor da FSFX para ressarcimento da quantia paga.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF resulta na necessidade de constituição de provisão.

Os valores estimados com chance de perda provável pela FSFX em relação aos seus fornecedores possuem o direito de regresso, por meio de ação de cobrança, relativos ao ICMS, estão demonstrados na nota explicativa 16 (b.1), bem como, os valores possíveis de perdas, decorrente de multas e juros, que não são provisionados, mas são evidenciados na nota explicativa 16.1.

1.2 Utilização de Planos de Saúde e Odontológico

As margens da operação de planos de saúde foram impactadas pelos elevados índices de sinistralidade, pressionados principalmente pelo: (i) Aumento da frequência do uso dos planos pelos beneficiários, (ii) Aumento da inflação Saúde, (iii) Aumento de novos procedimentos no Rol da ANS e (iv) envelhecimento da carteira dos planos segurados provocada principalmente pela migração dos beneficiários do Cosaúde para o Saúde Usiminas II no estado de São Paulo (Eventos Indenizáveis Líquidos / Receitas com Operações de Assistência à Saúde) em 2022 de 6,47 pontos percentuais, atingindo 95,38% em 2022, ante 88,81% em 2021.

1.3 Serviços Hospitalares – SUS, outros convênios e atendimentos particulares

Os atendimentos hospitalares tiveram um aumento de 9,11% (2022: 3.042.045 atendimentos ambulatoriais / 228.864 diárias de internação), quando comparado ao ano anterior (2021: 2.767.836 atendimentos ambulatoriais / 230.096 diárias de internação). A ampliação dos atendimentos SUS provocado principalmente pela revisão do POA, programa fila zero, retorno de cirurgias eletivas de média complexidade, contratos de mutirão do ambulatório e adequações de agenda para atendimento a política de atenção hospitalar do Valora Minas. Em contrapartida, nos custos, tivemos o aumento do volume de utilização e preços dos insumos o reajuste de honorários Médicos com alteração do modelo de remuneração dos cirurgiões oncológicos para cumprimento do prazo de tratamento

2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As demonstrações financeiras obedecem à classificação contábil prevista na Resolução Normativa ANS 528/2022 e foram elaboradas de acordo com as especificações do tópico 6 – Demonstrações Financeiras do Capítulo I – Normas Gerais e Capítulo III - Modelo de Publicação, desta norma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Fundação na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras teve como objetivo essencial traduzir nas estruturas das demonstrações financeiras, as principais e fundamentais características quantitativas e qualitativas, notadamente, a Relevância, a Materialidade, a Comparabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

A FSFX apresenta também, na nota explicativa nº 27, a Demonstração do Resultado do Exercício, observando os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento e de estruturação, contendo informações mínimas para fins de divulgação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou o ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

b) Continuidade

Os níveis de incerteza quanto as políticas públicas, a capacidade do governo em lidar com o atual estágio da crise no cenário pós-pandêmico, trouxe impactos severos decorrentes das readequações pelos quais passaram os mais diversos segmentos que compõem a esfera produtiva da saúde, aliando ao reflexo inflacionário da crise, pode ser sentido na economia como um todo, mas de forma especial, o setor de saúde foi fortemente atingido, com aumento da utilização de planos de saúde, que estavam represados nos anos de 2020-2021, impactando diretamente na sinistralidade do planos, ampliando os custos para a operadora. Concomitante, a inflação saúde, fechada em 25% ao final do último ciclo, elevou os preços dos insumos do setor, não retornando ao patamar anterior à epidemia global.

A Fundação em 2022, por conta de algumas decisões do STF - Supremo Tribunal Federal, acerca de temas tributários, em especial o julgamento de dois temas específicos – o 881 e o 885. Com o julgamento destes temas o STF definiu novos contornos da coisa julgada e seus impactos, a qual fica sujeita a quebra automática nas hipóteses de decisão divergente proferida em ação direta ou em sede de repercussão geral. Em outras palavras, decidiu pela possibilidade de reversão da coisa julgada em matéria tributária, o que impactou diretamente a imunidade de ICMS obtida pela Fundação em ação transitada em julgado em 2011, com efeitos retroativos a 07.07.2018, sendo este o principal motivador do déficit da FSFX em 2022

Entretanto, mesmo que o cenário de 2022 tenha levado a Instituição à revisão do seu escopo, a centralização das operações, a renegociação de contratos e a retomada de programas de otimização, a Fundação manteve investimentos em tecnologia, em novos postos de atendimento, na revisão e implementação de normas e processos e no desenvolvimento de pessoas, em uma clara demonstração de manutenção da melhoria contínua e da excelência nos serviços prestados.

Para 2023 as projeções de fluxos de caixa futuros somados as reservas financeiras da Fundação e a implementação de medidas imediatas de enfrentamento da crise, fruto do monitoramento constante, demonstram que a Fundação possui condições e saúde financeira plena para a continuidade das suas operações.

Neste sentido, essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da Fundação.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos saldos de “aplicações financeiras” e “instrumentos financeiros não-derivativos”, mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir (nota explicativa 3b). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Autorização para emissão e divulgação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, após aprovação do Conselho Curador no dia 26 de abril de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

e) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da FSFX e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 3e, 3f e 3g

- a) Provisão de Depreciação/Amortização – reconhecimento e mensuração conforme custo de aquisição e calculado pelo método linear;
- b) Provisão Para Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos – reconhecimento de possíveis perdas de unidades geradoras de caixa deficitárias, conforme CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

- c) Provisão de Depreciação para Direitos de Uso de Arrendamentos – reconhecimento e mensuração conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Tempo de Direito de Uso dos contratos, baseados na duração dos contratos classificados como Arrendamentos (31 contratos) pela FSFX, seguindo as exigências do CPC. A Taxa de Desconto utilizada pela FSFX, está lastreada no histórico de financiamentos de obras, máquinas e equipamentos já existentes na FSFX.
- d) Taxa de Desconto a valor presente arrendamentos: Estimativa para cálculo dos juros de arrendamentos, atendendo CPC 06 (R2).

Nota explicativa nº 07:

- a) Provisão para perdas de estoques obsoletos – reconhecimento e mensuração de estoques vencidos e parados a mais de 180 dias.

Nota explicativa nº 12:

- a) Provisões para eventos a liquidar para o SUS - reconhecimento e mensuração do passivo relacionado a eventuais atendimentos de seus beneficiários no Sistema Único de Saúde.
- b) Provisões para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS) - reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.

Nota explicativa nº 13:

Provisão de honorários médicos contratados - reconhecimento e mensuração conforme princípio da competência, referente a honorários médicos hospitalares que ainda não tiveram suas contas autorizadas pelos convênios para faturamento na rede hospitalar da FSFX.

Nota explicativa nº 16:

- a) Provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

Nota explicativa nº 21:

- a) Provisão para perdas sobre créditos - reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes (nota explicativa 3g).

Nota explicativa nº 31:

- a) Instrumentos Financeiros - reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros.

f) Moeda funcional e de apresentação

Apresentadas em moeda corrente nacional, denominada Real.

3. Principais políticas contábeis

A Fundação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Disponível

Disponíveis são os saldos denominados caixa e equivalentes de caixa que incluem caixa, banco conta depósito e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aquelas com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas estão destinadas a cobrir os riscos assistenciais, caso estes se traduzam em despesas. Os recursos aplicados nesses ativos obedecem aos limites percentuais pré-definidos pela ANS, bem como a aceitação, a diversificação e porte da operadora de plano de saúde, de acordo com a sua natureza e riscos inerentes. As aplicações financeiras garantidoras são classificadas em curto ou longo prazo conforme as Provisões Técnicas.

As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal e deduzidos da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, após análise individual efetuada pela Administração.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm sua contrapartida segregada da seguinte forma:

Preços preestabelecidos: Transitam pela conta de Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura.

Preços pós-estabelecidos: conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações de contraprestações recebidas antecipadamente.

d) Bens e Títulos a receber

Os créditos com bens e títulos a receber são operações mensuradas no curto prazo para registrar operações de aquisições de estoques, créditos com administradoras de cartão de crédito, com prefeituras, créditos a receber com sua instituidora USIMINAS e instituída FESFX..

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados já deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado inclui também os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens e podem incluir os custos dos empréstimos com aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício que ocorreu a transação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário.

Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de depreciação dos ativos imobilizados ao ano corresponde a:

| % MÉDIA/ANO | | |
|---|------|------|
| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
| Benfeitoria em propriedade de terceiro | 11% | 11% |
| Aparelhos, máquinas e equipamentos hospitalares | 13% | 13% |
| Edifícios | 5% | 5% |
| Equipamentos | 18% | 18% |
| Móveis e utensílios | 20% | 20% |
| Terrenos | 0% | 0% |
| Veículos | 16% | 16% |
| Enxovais - Contratos | 49% | 49% |
| Obras em curso | 0% | 0% |

f) Direito de Uso de Arrendamentos

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

A partir de 2022, a FSFX passa a aplicar em suas Demonstrações Financeiras, a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, convalidado pela ANS em sua Resolução Normativa 528 de 2022, que promoveu mudanças no Plano de Contas Padrão das Operadoras de Plano de Saúde, considerando o modelo de expediente prático, evidenciando de forma retrospectiva a 2021 os efeitos no Patrimônio Social e no Resultado Líquido, caso a mesma tivesse sido contabilizada 2021.

Os Direitos de Uso de Arrendamentos que são adquiridos pela FSFX, referem-se a 31 contratos classificados como arrendamentos vigentes em 2022. O arrendamento está mensurado ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento ao valor presente mais quaisquer custos diretos iniciais e a estimativa de custos necessários para a entrega do bem ao final do contrato.

Para mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente, a FSFX utilizou como taxa de desconto o valor do CDI acrescido de 1,94% a.a. que seria a taxa obtida pela FSFX com as instituições financeiras, caso tivesse contratado empréstimo para as obras, aquisição de máquinas, equipamentos, moveis e utensílios em negócios existentes.

Com a adoção desta norma em 2022, a FSFX em 31/12/2022, reconheceu Ativos de Direito de Uso de Arrendamento, referente ao Custo de Aquisição, deduzidos de sua efetiva Depreciação Acumulada, contra um Passivo de Arrendamento no mesmo valor, classificados tanto no passivo circulante, quando no passivo não circulante.

(ii) Depreciação arrendamentos

A depreciação calculada dos Direitos de Uso de Arrendamentos, são calculadas por contrato de arrendamento e lançada a título depreciação nos resultados, conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos, baseada no tempo de vida remanescente de cada contrato. No fechamento das demonstrações financeiras 2022 a FSFX possui 31 contratos classificados como Arrendamentos que têm a aplicação da depreciação, conforme demonstrado abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
|--|------|------|
| Bens Móveis Diversos | 29% | - |
| Equipamentos de Laboratório/Diagnóstico por Imagem | 23% | - |
| Equipamentos de Médico-Hospitalares | 29% | - |
| Imóveis | 53% | - |
| Transporte | 46% | - |

(iii) Taxa de desconto a valor presente arrendamentos

A Taxa de Desconto utilizada pela FSFX, está lastreada no histórico de taxas de financiamentos de obras, móveis, máquinas e equipamentos já existentes na FSFX, que são similares aos contratos classificados como arrendamento, conforme demonstrado abaixo:

| Taxa de Desconto a Valor Presente FSFX | | | |
|--|---------------------------|--------|------------------|
| Data | Taxa CDI (Acum. 12 meses) | Spread | Taxa de Desconto |
| jan/22 | 9,15% | 1,94% | 11,09% |
| fev/22 | 10,49% | 1,94% | 12,43% |
| mar/22 | 11,15% | 1,94% | 13,09% |
| abr/22 | 11,65% | 1,94% | 13,59% |
| mai/22 | 12,51% | 1,94% | 14,45% |
| jun/22 | 12,89% | 1,94% | 14,83% |
| jul/22 | 13,15% | 1,94% | 15,09% |
| ago/22 | 13,58% | 1,94% | 15,52% |
| set/22 | 13,65% | 1,94% | 15,59% |
| out/22 | 13,65% | 1,94% | 15,59% |
| nov/22 | 13,65% | 1,94% | 15,59% |
| dez/22 | 13,65% | 1,94% | 15,59% |

g) Intangíveis

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Fundação, e que tem vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Tais custos podem ser mensurados com segurança e confiabilidade e resultam de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A administração também julga como provável que os benefícios econômicos futuros, esperados e atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da Fundação.

A Fundação, na data das demonstrações financeiras, avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos classificados como intangíveis, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Quando os valores esperados não se realizam a Fundação constitui uma provisão de perda pela parcela não realizada e revê anualmente a expectativa de rentabilidade futura. Caso se verifique que esse ativo não gerará benefício econômico futuro, caberá à administração a decisão pela baixa.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço, e ajustados se necessário. Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de amortização do intangível ao ano corresponde a:

| % MÉDIA/ANO | | |
|----------------------------|------|------|
| DESCRIÇÃO | 2022 | 2021 |
| Outros ativos intangíveis | 10% | 10% |
| Sistema de computação | 14% | 14% |
| Pesquisa e desenvolvimento | 30% | 30% |

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em UGC's (Unidades Geradoras de Caixa), dessa forma, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor da UGC exceder o seu valor recuperável.

i) Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos compreendem disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos de operações assistenciais à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Fundação reconhece seus recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificadas como disponível, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Fundação movimenta os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado, se a Fundação gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo, por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Fundação possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

A FSFX não tem nenhum empréstimo registrado em suas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

As demonstrações financeiras incluem também estimativas e premissas, revisadas de forma contínua pela Administração, considerando a mensuração de Provisões para perdas sobre créditos (PPSC) adotando os critérios estabelecidos pela ANS, na RN 528/2022, item 10.2.3 do Anexo Capítulo 1 - Normas Gerais e as apresenta no resultado da seguinte forma:

- I. **Planos de saúde individuais com preço preestabelecido:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.
- II. **Para todos os demais planos de saúde:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.
- III. **Para os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da própria operadora:** havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, exceto relacionados ao SUS.
- IV. **Para os créditos de operações de assistência à saúde relacionados ao SUS:** É provisionado todo o valor em aberto a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias em relação aos créditos a receber apurados por meio de estudo técnico de recuperabilidade do SUS. O estudo considera o histórico real das perdas e os riscos de inadimplência em relação aos créditos a receber do SUS, dando suporte para constituição de provisão por um prazo diferente do previsto pela norma da ANS.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Fundação se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Fundação são classificados como Débitos de operações de assistência à saúde relacionadas e não relacionadas com planos de saúde e débitos diversos. A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

j) Apuração do resultado

As receitas com operação de assistência à saúde são provenientes de uma transação geralmente acordada entre a Fundação e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Fundação ao comprador.

Demais receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas com operações de assistência à saúde: as receitas são originárias, principalmente, das contraprestações provenientes das operações de planos de saúde na modalidade de preço preestabelecido e pós-estabelecido de prestação de serviços médico/hospitalar e odontológica.

O fato gerador da receita de contraprestação dos contratos com preço preestabelecido é o período de risco decorrido, ou seja, o período em que a Fundação já prestou cobertura assistencial.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é realizada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorre o efetivo direito ao valor a ser faturado.

Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora: as receitas são originárias, principalmente, de prestação de serviços médico hospitalares realizados nas unidades hospitalares da FSFX ao Sistema Único de Saúde – SUS e a convênios diversos, sejam eles próprios ou credenciados.

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados: são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela Fundação, correspondentes à cobertura de riscos relativos a custos médicos, hospitalares e odontológicos, decorrentes do atendimento dos beneficiários.

Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora:

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da Fundação, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA). O cálculo dessa provisão é apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em nota técnica atuarial de provisões (NTAP), devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

A contabilização da despesa pelo atendimento em rede própria da Fundação ocorre de acordo com o critério utilizado pela Fundação para o rateio dos custos da rede assistencial própria, conforme nota explicativa nº 29.

k) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas nas contas de resultado de Incentivos Governamentais e demais Incentivos públicos quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela FSFX todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo ou terceiro) em contrapartida aos repasses de recursos ou concessão de benefícios. Os valores são registrados como receita para confrontar com a despesa que a subvenção ou incentivo governamental teria incorrido ou que pretende compensar em conformidade com a NBC TG 07 (R2), que diz respeito à subvenção e assistência governamentais.

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, bem como suas respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Fundação.

l) Demonstração de valor adicionado

A Fundação elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Outros ativos e passivos

Demonstrados pelo valor nominal acrescido, quando aplicável, dos encargos correspondentes e das variações monetárias incorridas. Os ativos e passivos são classificados como Circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulante.

n) Benefícios a empregados

A FSFX patrocina um plano de previdência do tipo contribuição variável, onde o participante estabelece a quantia que contribuirá até a data da aposentadoria para formar um montante que será convertido em benefício, de forma semelhante a uma caderneta de poupança. Cabe ao Participante a responsabilidade de definir semestralmente o percentual mensal de contribuição e o perfil de investimento. Após o desligamento do empregado, a patrocinadora (FSFX) não efetua mais contribuições para aquele participante, conforme regulamento do plano.

A FSFX coparticipa em planos de saúde médico e odontológico próprio, garantindo recursos e rede de serviços de saúde (hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais) para atender todos os seus funcionários;

Outro benefício é o programa de incentivo por desempenho (IPD) que pode ser entendido como um sistema de metas, cujo objetivo é reconhecer, estimular e retribuir o comportamento, o engajamento e o desempenho dos colaboradores e das equipes de trabalho, ou seja, é uma forma de estimular os colaboradores a buscarem um alto nível de desempenho, baseado em metas e retribuições.

A Fundação mantém a implantação de um Plano de Carreira com evoluções anuais e criação de novas carreiras a cada ano. O Plano disponibilizado pela FSFX apresenta o caminho que cada colaborador pode percorrer durante a sua trajetória na empresa FSFX. Dessa forma, a FSFX define treinamentos e desafios mais adequados para cada colaborador, pensando não só na função que ele desempenha agora, mas também no seu desempenho futuro.

o) Trabalhos voluntários

De acordo com item 19 do ITG 2002 (R1), os trabalhos voluntários são mensurados ao seu valor justo considerando os montantes que a FSFX haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 2022, a FSFX registrou trabalhos voluntários de seus Diretores Estatutários, Conselho Curador e Conselho Fiscal (nota explicativa 32.2) e apropriou suas receitas e despesas relacionadas no resultado do exercício.

p) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais e medicamentos para serem utilizados junto aos beneficiários do atendimento médico e odontológico, e estão divulgados como Bens e títulos a receber. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico para formação do valor consumido, acrescido também dos gastos com transporte e impostos incidentes.

A FSFX realiza procedimento anual de análise da obsolescência dos estoques, bem como realiza controle recorrente da validade dos medicamentos, excluindo-os e baixando-os do estoque, quando necessário, conforme procedimento estabelecido internamente.

A FSFX realiza um estudo onde considera os itens que estão vencidos e sem movimentação no estoque nos últimos seis meses (180 dias) depois de receberem tratativa para utilização ou descarte. Com base no histórico de perdas, identificado no estudo, a administração realiza avaliação para identificar a necessidade de provisão para perdas de estoques obsoletos para o próximo exercício.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

q.i) Provisão para ações judiciais

Estão relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e são constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais; sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, e os classificados como perda remota não são reconhecidos nem divulgados nas demonstrações financeiras.

q.ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

PEONA: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já tenham ocorridos e que não tenham sido avisados a operadora e, conseqüentemente, não registrados contabilmente. O cálculo atuarial realizado preparado por consultoria externa, é realizado com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses e, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

PEONA-SUS: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados - sus é calculada a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados de beneficiários do plano que utilizaram o Sus. Esta estimativa é fornecida mensalmente pela ANS em seu site. A obrigação de constituição iniciou-se em 2021 por conta da Pandemia Covid-19.

PIC: A Provisão de Insuficiência de Contraprestação, provisão relacionada com a "insuficiência/falta de contraprestação" para cobrir os sinistros/eventos indenizáveis a ocorrer.

PESL: A Provisão de eventos/sinistros a liquidar é constituída com montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela operadora e deverá ser constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

PESL-SUS: A Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS, refere-se aos valores reconhecidos contabilmente e que serão pagos ao SUS, os valores a serem registrados são disponibilizados mensalmente pela ANS em seu site.

PPCNG: Provisão de prêmio/contraprestação não ganhas: trata-se de uma provisão referente à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, ou seja, ainda decorrerá. A FSFX primeiramente registra as contraprestações no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura que sempre ocorrem dentro do mês, sem a existência de pro-rata.

TAP: O Teste de Adequação de Passivos é realizado em operadoras de planos de saúde e consiste na apuração do valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, para avaliar se o passivo da operadora está adequado, sendo também necessário verificar se as provisões técnicas constituídas na data-base de cálculo estão consistentes com a realidade da operadora.

s) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Os resultados desta avaliação devem ser evidenciados em notas explicativas.

Em 2022, entrou em vigor a RN 528/2022, em substituição a RN 472/2021 que dentre outras mudanças altera o plano de contas padrão e convalida a utilização dos CPC 47 – Receitas e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Para o ano de 2023, não temos a previsão da entrada de novas normas e interpretação contábeis.

t) Receita de contratos com clientes

Agência Nacional de Saúde – ANS, através de sua Resolução Normativa – RN Nº 528 de 29 de abril de 2022, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde e as administradoras de benefícios, revogou em seu Art 2º a Resolução Normativa nº 472, de 29 de setembro de 2021.

A partir da publicação desta RN, a Operadora de Planos de Saúde Médico e Odontológicos FSFS/Usisaúde está obrigada a adotar a contabilização de suas Receitas com Clientes conforme CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes, conforme item 10.39 desta RN.

Com a exigência da ANS a partir da publicação da RN 528/2022, a FSFX adota o CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, seguindo todas as etapas previstas de Identificação do Contrato; Identificação das obrigações de desempenho; Determinação do preço de transação; Alocação do preço de transação e Reconhecimento de receitas. A obrigação é satisfeita conforme o cumprimento das regras contratuais e são devidamente suportadas por documentos comprobatórios.

t.i) Mudanças de Contabilização com a adoção do CPC – 47:

A FSFX tem como mudança relevante em sua forma de contabilizar receitas, as receitas com planos de assistência à saúde pós-estabelecidos / administrados (Fundo Saúde), que a partir da publicação desta norma e convalidação do CPC 47 pela ANS, deixa de ser contabilizado nas Receitas com Operações de Assistência à Saúde (Grupo 31) e passa a ser contabilizada como recuperação de despesas com planos de assistência à saúde, em conta específica disponibilizada pela ANS no Capítulo III da RN 528/2022.

Desta forma, ficará registrada nas receitas com planos pós-estabelecidos, apenas a taxa de administração de planos e a Mensalidades de Promoção a Saúde, conforme NE nº 18.

u) Demonstração de Fluxo de Caixa

A elaboração do fluxo de caixa, para fins de publicação, está demonstrada pelo método direto.

A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo Método Indireto ocorreu e foi demonstrado, separadamente na nota explicativa nº 28.

4. Disponibilidades e aplicações financeiras

4.1. Disponível

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Caixa | 108.770,37 | 94.538,26 |
| Banco Conta Depósito (a) | 582.991,22 | 3.377.352,07 |
| Aplicações de Liquidez Imediata (b) | 38.334.590,07 | 133.484.527,30 |
| | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |

- a. O saldo financeiro disponível em banco conta depósito se destina ao pagamento das despesas operacionais diversas. Se houver necessidade de pagamentos superiores a esta disponibilidade, o montante será resgatado de aplicações financeiras com liquidez imediata.
- b. Refere-se substancialmente a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e a remuneração está indexada à variação do CDI (2022: 98,87% / 2021: 115,94%). Estas aplicações poderão a qualquer momento serem resgatadas sem prejuízo do seu rendimento.

4.2. Aplicações financeiras

A segregação das aplicações financeiras, entre ativo circulante e não circulante, é demonstrada como segue:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS | 93.254.415,08 | 61.205.167,06 |
| Cotas de fundos de investimentos | 93.254.415,08 | 61.205.167,06 |
| APLICAÇÕES LIVRES | 59.376.056,17 | 108.960.328,04 |
| Cotas de fundos de investimentos | 76.946,76 | 10.352.925,48 |
| Depósitos a prazo - CDB/RDB | 12.313.441,15 | 33.520.804,53 |
| Títulos da Dívida Pública Interna | 4.614.334,98 | 5.455.434,24 |
| Letras Financeiras de Longo Prazo | 42.371.333,28 | 57.631.163,79 |
| Outras aplicações - COE | - | 2.000.000,00 |
| TOTAL GERAL | 152.630.471,25 | 170.165.495,10 |
| TOTAL CIRCULANTE | 102.471.363,29 | 96.949.643,74 |
| TOTAL NÃO CIRCULANTE | 50.159.107,96 | 73.215.851,36 |

A FSFX constituiu ativos garantidores em Fundos dedicados ao setor de saúde complementar em garantia às provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

Os Ativos Garantidores das Provisões Técnicas encontram-se vinculados em favor da ANS nos termos da regulamentação específica e detalhados a seguir:

4.2. Aplicações Financeiras (i)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| I Peona | 41.779.427,58 | 24.167.574,39 |
| II PESL até 30 dias | 18.026.250,32 | 12.590.906,51 |
| III PESL maior 30 dias | 23.781.551,64 | 18.869.996,41 |
| IV PESL SUS Parcelamento | 481.927,93 | 949.689,61 |
| V PESL c/ Dep. Judicial | 4.055.276,81 | 3.816.218,72 |
| VI PESL SUS GRU | 392.462,22 | 899,41 |
| VII PESL SUS (%hc x ABI) x (1-IEP) | 122.459,48 | 2.219.699,63 |
| VIII PPCNG | - | 209.022,07 |

| | | | |
|---|---|----------------------|-----------------------|
| TOTAL PROVISÕES TÉCNICAS | | 88.639.355,98 | 62.824.006,75 |
| ATIVO GARANTIDOR NECESSÁRIO | | | |
| IX | Valor a ser Lastreado (I+II+III+VI+VII) | 84.102.151,24 | 57.849.076,35 |
| X | Valor a ser Vinculado (IX-II) | 66.075.900,92 | 45.258.169,84 |
| SALDO DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS | | 93.254.415,08 | 61.205.167,06 |
| VALOR EXCEDENTE DE ATIVO GARANTIDOR | | 4.615.059,10 | (1.618.839,69) |

- i) As subvenções governamentais recebidas e não gastas são aplicadas em aplicações de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
- ii) As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.
- iii) As aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários referem-se a CDB's/CDI's e Fundos de Investimento aplicados em Instituições Financeiras de primeira linha, priorizando segurança e liquidez. Os CDB's/CDI's possuem cláusulas de resgate antecipado sem perda significativa do valor aplicado.
- v) Aplicações financeiras por faixa de vencimento:

| | Até 3 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Total de 2022 | Total de 2021 |
|--------------------------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Cotas de fundos de investimentos | 78.323.667,44 | - | 15.007.694,40 | - | 93.331.361,84 | 73.623.000,00 |
| Depósitos a prazo - CDB/RDB | 600.183,79 | 73.735,60 | 11.639.521,76 | - | 12.313.441,15 | 31.016.000,00 |
| Outras aplicações | - | 18.040,47 | 18.584,74 | 10.360.451,15 | 46.985.668,26 | 65.526.495,10 |
| Letras Financeiras de Longo Prazo | - | 18.040.474,39 | 17.867.010,14 | 6.463.848,75 | 42.371.333,28 | |
| Títulos da Dívida Pública Interna | - | - | 717.732,58 | 3.896.602,40 | 4.614.334,98 | |
| Total títulos para negociação | 78.923.851,23 | 91.776,07 | 26.665.800,90 | 10.360.451,15 | 152.630.471,25 | 170.165.495,10 |

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

| CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Faturas a Receber - Coletivo (a) | 43.908.005,90 | 36.493.767,54 |
| (-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Coletivo) (c) | (15.191.360,35) | (13.529.230,52) |
| Faturas a Receber - Individual (a) | 8.825.565,14 | 8.203.207,52 |
| (-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Individual) (c) | (7.691.574,89) | (7.034.841,52) |
| TOTAL CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER | 29.850.635,80 | 24.132.903,02 |
| Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b) | 9.359.148,63 | 7.877.331,15 |
| (-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (c) | (3.548.080,02) | (2.897.853,72) |
| TOTAL PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS INDENIZADOS | 5.811.068,61 | 4.979.477,43 |
| Outros Créditos de Operações com Planos de assistência à Saúde | 174.180,57 | 1.223.874,37 |
| (-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos | (47.978,56) | (35.008,02) |

| CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| TOTAL OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÃO COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE | 126.202,01 | 1.188.866,35 |
| | 35.787.906,42 | 30.301.246,80 |

a) Faturas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida aos resultados de contraprestações efetivas de operação de planos de assistência à saúde.

b) A contraprestação a receber referente a participação dos beneficiários em eventos indenizados refere-se à coparticipação de assistência médico-hospitalar, odontológicos e a eventuais reembolsos de gastos com atendimentos realizados pelos beneficiários.

c) As provisões para perdas de créditos são registradas em conformidade com as normas da ANS e constituída para fazer frente às possíveis perdas relativas aos créditos que a Fundação acredita que não irá receber.

6. Crédito de operações de assistência não relacionadas com planos de saúde da operadora

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Contas a Receber Prest. Serviço Médico Hosp. (a) | 101.199.918,68 | 93.181.113,92 |
| Contas a Receber Prest. Serviço Odontológico (a) | 5.496,97 | 33.839,53 |
| Outros | 421.691,39 | 216.083,17 |
| (-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (b) | (15.280.659,80) | (15.930.987,87) |
| | 86.346.447,24 | 77.500.048,75 |

Os saldos de contas a receber de prestação de serviços médico/hospitalar e odontológico referem-se a valores a receber de clientes por serviços não relacionados aos planos de saúde. Principalmente relacionado a atendimento hospitalar a não conveniados dos planos de saúde comercializados pela FSFX, em contrapartida à conta de receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.

a) Provisões para perdas sobre créditos dos serviços médicos/hospitalares e odontológicos, elaborados conforme nota explicativa nº 3g. A idade de saldo das provisões está demonstrada no quadro a seguir.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------|----------------------|----------------------|
| A vencer | 17.025,96 | 164.546,34 |
| Vencidos de 1 a 90 dias | 1.104.265,97 | 624.677,21 |
| Vencidos de 91 a 360 dias | 1.805.781,45 | 2.654.214,65 |
| Vencidos há mais de 360 dias | 12.353.586,42 | 12.487.549,67 |
| | 15.280.659,80 | 15.930.987,87 |

7. Bens e títulos a receber

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------------|----------------------|
| Estoques (a) | 21.057.880,95 | 27.874.766,27 |
| Reserva Financeira Unificada (b) | - | 27.979.967,35 |
| Adiantamento para fornecedores (c) | 25.413.901,98 | 7.150.700,69 |
| Crédito em Recuperação / Adm de Cartão de Crédito (d) | 8.907.326,17 | 10.776.604,29 |
| Contrato de Gestão HMCC (e) | 4.277.745,71 | 419.254,99 |
| Outros Créditos ou Bens a Receber | 6.573.726,27 | 5.315.442,59 |
| Prefeitura Municipal de Cubatão (f) | 6.150.418,94 | 6.283.350,39 |
| Prefeitura Municipal de Itabira (g) | 7.215.855,73 | 235.676,88 |
| Mensalidades/Utilização/Contribuição não Recebidas | 1.539.490,97 | 1.542.226,67 |
| (-) Provisões p/Perdas de estoque (h) | (89.538,41) | (258.321,07) |
| (-) Provisões p/Perdas s/Créditos (i) | (10.814.756,43) | (31.198.036,68) |
| | 70.232.051,88 | 56.121.632,37 |

- a. O saldo de estoques refere-se substancialmente a materiais, medicamentos e outros itens hospitalares.
- b. Valores a receber para cobrir déficit dos planos administrados.
- c. Valores adiantados para fornecedores, obras em andamento Hospital Libertas.
- d. Refere-se a crédito a receber sob a administração de terceiros.
- e. Valores a receber referentes a compartilhamento de estrutura administrativa da FSFX para HMCC, transferidos em conformidade com Contrato de Gestão celebrado entre as FSFX e Município de Itabira, para gestão do HMCC.
- f. Valores a receber referente ao contrato de serviços de internação hospitalar, atenção ambulatorial, apoio diagnóstico e terapêutico e urgência/emergência em obstetrícia, celebrado entre o Município de Cubatão e a FSFX, visando garantir a atenção integral à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

- g. Valores a receber referente ao contrato de serviços de internação, ambulatório, UTI, maternidade, centro cirúrgico e serviços de diagnóstico, celebrado entre o Município de Itabira e a FSFX, visando garantir a assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da microrregião onde o hospital está inserido.
- h. Provisão para perdas de estoque realizada com base no estudo de aging, conforme histórico de perdas realizado para estoques vencidos e parados a mais de 180 dias.
- i. Provisão para perda de créditos constituída, principalmente, por déficits apurados em Planos Administrados, saldos de adiantamentos a clientes classificados como outros créditos e sobre os saldos dos créditos em recuperação / administração de cartão de crédito. Os montantes relativos aos déficits dos Planos Administrados, estão em processo de revisão e de negociação com a Instituidora.

8. Depósitos judiciais e fiscais

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Ressarcimento ao SUS (a) | 5.074.424,59 | 3.976.027,48 |
| Fiscais – Tributos (b) | 17.064.542,07 | 10.768.420,28 |
| Cíveis (b) | 3.032.428,11 | 1.409.968,72 |
| Trabalhistas (b) | 4.795.155,34 | 1.377.652,05 |
| | 29.966.550,11 | 17.532.068,53 |

- (a)** A Lei nº 9.656/98, em seu art. 20, impõe às operadoras de planos de saúde que forneçam à ANS, periodicamente, informações cadastrais de seus usuários que permitam sua identificação, que serão utilizadas principalmente para a efetivação da cobrança do "Ressarcimento ao SUS", previsto em seu art. 32, que trata-se da obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS) no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

A FSFX realizava o depósito judicial do valor discutido nos processos. A finalidade do depósito é a concessão de decisão judicial que determine a suspensão da exigibilidade dos débitos discutidos, com o consequente afastamento da incidência dos encargos de juros e multa sobre os valores em questão, devendo a ANS ainda abster-se de incluir o nome da FSFX e de seus Diretores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e de quaisquer outros órgãos de devedores e proteção ao crédito, bem como ajuizar execuções fiscais quanto aos débitos em questão face à efetivação de depósito judicial do importe sub judice, nos termos da Lei 10.522/2002 c/c RN 495/2022 da ANS.

A partir do ano de 2019, a FSFX deixou de realizar depósitos judiciais referentes ao ressarcimento ao SUS, em virtude de decisão do STF que julgou constitucional a cobrança efetuada pela ANS. Assim, não haveria mais razão de manter a estratégia anterior que culminava com o pagamento a maior das cobranças em virtude de acréscimos de juros e multa pelo tempo de espera necessário até o ajuizamento de ação que certamente não teria um resultado positivo. Entretanto, a soma dos valores corrigidos pela taxa SELIC em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$ 5.074.424,79 (R\$ 3.976.027,48 em 31 de dezembro de 2021).

Em conformidade com o órgão regulador, os valores que estão garantidos por depósitos judiciais estão contabilizados como provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS, no passivo não circulante (nota explicativa nº 12).

(b) Depósitos judiciais em ações fiscais, tributárias, trabalhistas e cíveis

Os depósitos judiciais são realizados principalmente por determinação legal ou dada a necessidade de obtenção de decisões liminares que, por exemplo, permita a Fundação obter as certidões negativas para manutenção do recebimento de recursos públicos, bem como a regularidade dos processos de compra a crédito pela Fundação.

- **Ações fiscais e tributárias**

Atualmente, a FSFX mantém 6 ações anulatórias movidas em face de entidades federais (União Federal e INSS), com depósitos judiciais realizados, especificamente para pleitear a extinção de créditos tributários indevidamente incluídos em Notificações e Autos de Infração elaboradas pelas referidas autoridades. No mesmo sentido, ainda existem duas execuções fiscais em que a FSFX figura como Ré, em que também se discute a pertinência dos lançamentos fiscais.

A Fundação somente constitui provisões para ações judiciais classificadas com probabilidade de perda provável. Para afirmar esta probabilidade de êxito com a segurança necessária a Fundação leva em consideração a robustez da tese alegada, bem como os fundamentos legais conforme previsto no item 10.23.6 Anexo I Capítulo I - Normas Gerais da RN 528/22, e dessa forma justificar a baixa de algumas provisões tributárias com jurisprudência pacificada e aplicáveis ao tema.

Os principais processos judiciais de natureza fiscal e tributária pela FSFX são os seguintes:

| AÇÕES FISCAIS E TRIBUTARIAS | | | | | |
|--|-----------------|----------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Processo | Chance de perda | Provisão | Depósito Judicial | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Extinção Créditos Tributários - INSS x FSFX | Provável | Sim | Sim | 3.960.559,60 | 1.149.055,84 |
| Extinção Créditos Tributários - União x FSFX | Possível | Não | Sim | 2.883.383,89 | 2.057.810,90 |
| Extinção Créditos Tributários - União x FSFX | Possível | Não | Sim | 6.743.391,47 | 4.906.703,60 |
| Extinção Créditos Tributários - União x FSFX | Possível | Não | Sim | 1.337.425,23 | 977.796,00 |
| Extinção Créditos Tributários - União x FSFX | Possível | Não | Sim | 2.078.812,08 | 1.658.982,12 |
| Extinção Créditos Tributários - Município de Ipatinga x FSFX | Possível | Não | Sim | 20.344,53 | 18.071,82 |
| Execução de IPTU - Município de Santos x FSFX | Possível | Não | Sim | 40.625,27 | - |
| TOTAL | | | | 17.064.542,07 | 10.768.420,28 |

• Ações Cíveis

Os processos judiciais cíveis com probabilidade de perda provável, Remota e Possível pela FSFX são os seguintes:

| Ações Cíveis | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------|----------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Nº Processo | Chance de perda | Provisão | Depósito Judicial | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Obrigação de fazer: Autor x FSFX (a) | Provável | Sim | Sim | 277.871,71 | 204.233,04 |
| Tutelas antecipadas: FSFX x ANS (b) | Remota | Não | Sim | 331.258,74 | 291.619,56 |
| Tutelas antecipadas: FSFX x ANS (b) | Provável | Sim | Sim | 186.235,36 | 163.406,90 |
| Tutelas antecipadas: FSFX x ANS (b) | Provável | Não | Sim | 137.329,13 | 122.026,47 |
| Outros Processos Cíveis | - | - | Sim | 2.099.733,17 | 628.682,75 |
| TOTAL | | | | 3.032.428,11 | 1.409.968,72 |

a) Processo nº 0014428-37.2012.8.26.0011: Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido urgente de tutela antecipada. A autora requer autorização do referido procedimento oncológico e alega descumprimento da decisão judicial pela FSFX. Última movimentação do processo principal: 17/08/21. O processo em referência deu ensejo ao processo 0014428-37.2012.8.26.0011/01 que diz respeito ao cumprimento de sentença. O último andamento foi do dia 17/02/2021 estando os autos conclusos para despacho.

b) Processo nº 515420174013814: Trata-se de ação ordinária proposta pela FSFX contra a ANS na qual a Fundação requer em sede de tutela antecipada a suspensão da decisão proferida no procedimento administrativo nº 25789032193201482 relativo à condenação da Fundação no pagamento de multas pecuniárias, bem como que determine à ANS que se abstenha de inscrever tal débito em dívida ativa e no CADIN. Processo migrado para o PJE. Sem movimentações relevantes até o momento.

- **Ações Trabalhistas**

Observa-se também a existência de depósitos recursais efetuados, vinculados a reclamações trabalhistas. Este fato ocorria porque, na esfera trabalhista, até novembro de 2017, era necessário garantir o juízo para recorrer das sentenças e acórdãos. Após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, as entidades filantrópicas, como é caso da FSFX, são isentas do depósito recursal (art. 899 §10º da CLT). Os valores dos recursos trabalhistas são definidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), em tabela própria, disponibilizados no site do TST. Também existem depósitos judiciais vinculados as reclamações trabalhistas referentes a garantia do juízo quando da interposição de embargos à execução.

Em 31 de dezembro 2022, os depósitos em garantia do juízo e atualizações referentes aos processos trabalhistas totalizaram R\$4.795.155,34 (R\$1.377.652,05 em 31 de dezembro de 2021), referente a 37 depósitos, considerando que a Fundação impugnou os cálculos homologados pelos juízos trabalhistas. Nestes casos a discussão prossegue com expectativa de perda provável por se tratar de processos em fase de execução.

9. Outros créditos a receber a longo prazo

Valores referente substancialmente a ganho de causas judiciais em que a Fundação aguarda a expedição dos precatórios ou de alvarás/Requisições de Pequeno Valor (RPVs), conforme tabela abaixo:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Ganho de causa PIS (a) | 9.436.563,70 | 8.396.712,20 |
| Ganho de causa taxa de saúde suplementar (b) | 2.970.112,79 | 2.681.878,16 |
| Outros (c) | - | 357.079,85 |
| | 12.406.676,49 | 11.435.670,21 |

a) Processo contra a União em que foi reconhecida a inexigibilidade da contribuição ao PIS e a devida recuperação dos valores indevidamente recolhidos.

b) Ação ordinária coletiva ajuizada pela União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS, em que a Fundação São Francisco Xavier é uma das integrantes do polo ativo, em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar onde restou declarada a inexigibilidade do pagamento da Taxa de Saúde Suplementar bem como a devolução do valor cobrado indevidamente.

10. Imobilizado

A composição do Ativo Imobilizado está representada a seguir:

| | Benfeitoria em propriedade de terceiro | Aparelhos, máquinas e equipamentos hospitalares | Edifícios | Equipamentos | Móveis e utensílios | Terrenos | Veículos | Enxovais | Obras em curso | Direito de Uso - Arrendamentos | Total |
|---|--|---|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Saldo em 01/01/2021 | 113.731.081,54 | 56.412.241,58 | 13.404.992,22 | 7.629.334,29 | 9.617.878,45 | 92.019.798,26 | 914.551,64 | 650.651,75 | 55.839.474,78 | - | 350.220.004,51 |
| Aquisições | - | 15.419.387,65 | 1.863.212,44 | 2.594.315,62 | 811.831,42 | 500.000,00 | 538.547,40 | 657.389,58 | 44.856.777,12 | - | 67.241.461,23 |
| Baixas | (1.051.651,69) | (138.279,05) | - | 38.503,63 | (72.496,16) | - | - | - | (773.252,38) | - | (1.997.175,65) |
| Transferência/Inventário | 7.489.673,72 | 1.181.540,41 | 44.579,51 | 870.654,60 | 1.059.341,84 | - | - | - | (12.404.609,42) | - | (1.758.819,34) |
| Depreciação | (11.802.199,95) | (11.272.736,69) | (779.117,78) | (2.650.760,49) | (1.941.793,23) | - | (372.397,44) | (597.090,74) | - | - | (29.416.096,32) |
| Perdas por redução ao valor recuperável | 1.539.098,85 | 1.352.878,18 | - | 31.404,27 | 313.779,22 | - | - | - | 3.393.386,63 | - | 6.630.547,15 |
| Saldo em 31/12/2021 | 109.906.002,47 | 62.955.032,08 | 14.533.666,39 | 8.513.451,92 | 9.788.541,54 | 92.519.798,26 | 1.080.701,60 | 710.950,59 | 90.911.776,73 | - | 390.919.921,58 |
| Aquisições | - | 10.176.300,46 | - | 2.671.609,53 | 2.367.132,49 | - | 521.136,38 | - | 137.505.275,07 | 19.183.006,09 | 172.424.460,02 |
| Baixas | (426.352,84) | (3.812.015,67) | - | (169.001,53) | (505.183,52) | - | - | - | (3.303.908,63) | - | (8.216.462,19) |
| Transferência/Inventário | 5.820.071,06 | 121.106,25 | 8.380.047,14 | 162.738,97 | 708.945,83 | - | 99.500,00 | - | (17.989.162,57) | - | (2.696.753,32) |
| Depreciação | (13.449.437,92) | (12.029.091,73) | (916.940,79) | (2.846.395,05) | (1.924.101,21) | - | (517.116,08) | (552.922,92) | - | (5.032.300,07) | (37.268.305,77) |
| Perdas por redução ao valor recuperável | 130.385,38 | 114.609,62 | - | 2.660,43 | 26.581,93 | - | - | - | 287.472,10 | - | 561.709,46 |
| Saldo em 31/12/2022 | 101.980.668,15 | 57.525.941,01 | 21.996.772,74 | 8.335.064,27 | 10.461.917,06 | 92.519.798,26 | 1.184.221,90 | 158.027,67 | 207.411.452,70 | 14.150.706,02 | 515.724.569,78 |

10.1 Obras em Curso

Os valores alocados nas contas de Obras em Curso R\$207.411.452,70 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ R\$90.911.776 em 2021) são representados substancialmente pelos gastos para implantação do Hospital Libertas, localizado em Belo Horizonte - MG, com previsão de término até o fim do 1º semestre de 2024.

Em 2022 foram destinados R\$118.180.331,59 (2021: R\$21.904.768,72) para este projeto, totalizando um montante de R\$140.085.100,31 acumulado na rubrica de obras em andamento.

Adicionalmente, também temos outras obras relevantes que compõe este valor apresentado, sendo as mais relevantes, a de implantação da Unidade Avançada Timóteo que em 2022 foram destinados R\$685.509,01 (2021: R\$ 9.258.652,04) totalizando um montante imobilizado em 2022 de 9.944.161,05 e Pronto Atendimento Santos que em 2022 foram destinados R\$1.524.995,66 (2021:R\$2.289.855,95), totalizando um montante imobilizado em 2022 de 3.814.851,61.

10.2 Ajuste ao valor recuperável de ativo imobilizado

Em 2022 a FSFX realizou o teste do valor recuperável dos seus ativos imobilizados e identificou em sua unidade HC Cubatão (Cubatão/SP) a necessidade de reversão da provisão no valor de R\$561.709,46 em 2022 (2021: R\$6.630.547,15) devido, principalmente, a redução da expectativa de déficits até o fim do contrato em 28 de fevereiro de 2023, em função de novo aditivo contratual entre FSFX e Prefeitura de Cubatão assinados entre 2020-2022.

10.3 Operações de Arrendamento (IFRS16/CPC 06):

A FSFX avalia, na data de início de cada contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, esses contratos são mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes utilizando a taxa descrita em cada contrato.

Em outubro de 2021 a ANS publicou a Resolução Normativa 472 que promoveu mudanças no Plano de Contas Padrão das Operadoras de Plano de Saúde, revogada pela RN 528/2022. Dentre as alterações realizadas a ANS convalidou o CPC 06 (R2) – Arrendamentos que passa a ser aplicado a partir de janeiro de 2022.

Antes do CPC 06 (R2) os arrendamentos eram classificados em financeiro e operacional, e possuíam os seguintes tratamentos contábeis:

- Arrendamento Financeiro: Eram reconhecidos no Ativo, classificados juntamente com outros bens do Ativo
- Arrendamentos Operacionais: Eram reconhecidos diretamente no resultado e classificado dependendo de sua finalidade. Não existiam controles internos contábeis para os arrendamentos operacionais.

Com a adoção do CPC 06 (R2) deixa de existir os conceitos de arrendamentos operacionais e financeiros e passa a existir um único modelo contábil a ser seguido pelos arrendatários, em que os arrendamentos devem ser reconhecidos como um “ativo de direito de uso” e tendo como contrapartida um “passivo de arrendamento”.

O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Dessa forma todos os contratos de arrendamentos passam a ser registrados no ativo. A FSFX decidiu não aplicar o normativo para os arrendamentos de curto prazo (menores de 12 meses) e os arrendamentos de baixo valor unitário, que continuarão sendo contabilizados despesas com aluguéis de bens moveis e imóveis.

O arrendamento (ativo de direito de uso) deve ser mensurado ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento ao valor presente mais quaisquer custos diretos iniciais e a estimativa de custos necessários para a entrega do bem ao final do contrato.

Na Demonstração do Resultado o impacto será uma menor despesa com arrendamentos em contrapartida a uma maior despesa com depreciação e com juros incorridos sobre o passivo de arrendamento. No Fluxo de Caixa os valores pagos do principal devem ser classificados como atividades de financiamento e os valores pagos de juros devem ser classificados como atividades operacionais.

Durante o exercício 2022, a FSFX por meio da Coordenação de Suprimentos, responsáveis pelos contratos com prestadores de serviços, fornecedores e locadores, realizou o levantamento de todos os contratos ativos e avaliou cada contrato para saber quais possuíam componente de arrendamento. Dessa forma todos os contratos de arrendamentos passam a ser registrados no ativo, com exceção para os arrendamentos de curto prazo (menores de 12 meses) e os arrendamentos de baixo valor unitário.

Neste período, foram identificados 31 contratos, classificados como arrendamentos vigentes em 2022. Esses contratos foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes utilizando a taxa de desconto definida pela FSFX, divulgada na nota explicativa 3 (f), tendo como base janeiro de 2022 para os contratos iniciados antes dessa data.

Esse processo foi implantado ao longo de 2022 e a FSFX aplicará este normativo, considerando o modelo de expediente prático, evidenciando de forma retrospectiva nesta análise, a contabilização de 2021, considerando os mesmos contratos existentes em 2022, caso a mesma tivesse sido contabilizada.

A movimentação dos passivos de arrendamentos referentes a 31 contratos de arrendamentos, no período de 2022, que até 2021 eram tratados como despesas de Aluguéis de bens moveis e imóveis, estão demonstrada na tabela abaixo:

| Grupo | Conta | 2022 | 2021* |
|-----------------------------------|--|-----------------------|---------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo Não Circulante | Direito de Uso Arrendamentos | 15.760.531,17 | - |
| | Adições/Remensurações Arrendamentos | 3.422.474,90 | - |
| | (-)Depreciação Acumulada | (5.032.300,07) | - |
| | Total Ativo Não Circulante | 14.150.706,00 | - |
| PASSIVO | | | |
| | Saldo Inicial | 16.000.608,30 | - |
| | Adições/Remensurações Arrendamentos | 3.422.474,90 | - |
| | Juros Incorridos | 1.511.941,01 | - |
| | (-)Pagamento do Principal | (4.704.790,81) | - |
| | (-)Pagamento dos Juros | (1.511.941,01) | - |
| Total | | 14.718.292,39 | - |
| Passivo Circulante | Passivo de Arrendamento | 5.084.879,75 | - |
| Passivo Não Circulante | Passivo de Arrendamento | 9.633.412,64 | - |
| | | 14.718.292,39 | - |
| Patrimônio Social | | | |
| Capital | | (1.059.040,48) | (614.606,53) |
| Reserva | | (117.671,16) | (68.289,61) |
| | | (1.176.711,65) | (682.896,14) |
| DEMONSTRATIVO DE RESULTADO | | | |
| Aluguéis | | (5.367.529,43) | (2.905.134,06) |
| Despesa | Depreciação - Arrendamentos | 5.032.300,07 | 3.030.458,31 |
| Despesa | Despesas Financeiras com Arrendamentos | 1.511.941,01 | 557.571,89 |
| | | 1.176.711,65 | 682.896,14 |

Dos 31 contratos considerados como arrendamentos, 11 possuem vencimentos no ano de 2023, 6 em 2024 e os 14 restantes vencem até 2029. Abaixo demonstra-se o Fluxo futuro de pagamentos dos Arrendamentos da FSFX:

| Fluxo Futuro de pagamentos Arrendamentos FSFX | |
|---|----------------------|
| Ano | R\$ |
| 2023 | 6.507.857,88 |
| 2024 | 4.278.487,92 |
| 2025 | 3.450.908,32 |
| Após 2025 | 3.909.429,00 |
| Total | 18.146.683,12 |
| Juros embutidos | (3.428.390,73) |
| Passivo de arrendamentos | 14.718.292,39 |

*Saldo, caso a FSFX tivesse adotado a norma CPC 06 (R2) a partir de 2021. Caso a FSFX tivesse adotado o modelo retrospectivo a partir de 2021, teríamos uma redução do resultado do exercício e do Patrimônio Social de R\$682.896,14, passando de Patrimônio Social em 2021 de R\$ 614.494.644,03, para R\$ 613.811.747,89.

10.4 – Baixas

Principalmente pela realização da baixa de 2.940 bens patrimoniais no montante de R\$ 5.004.988,43 que faziam parte do imobilizado, intangível e imobilizações em curso do Hospital Municipal Carlos Chagas - HMCC e que estavam classificados como parte do imobilizado da FSFX indevidamente, uma vez que esses bens pertencem a Prefeitura Municipal de Itabira, por terem sido adquiridos com recursos do município para aquisição dos bens para uso exclusivo do Hospital Municipal Carlos chagas e não devem compor o imobilizado da FSFX.

Estes bens registrados indevidamente nas contas de imobilizado, intangível e obras em andamento, têm contrapartida de um passivo a restituir no mesmo valor (Ativo: R\$ 5.004.988,43 e Passivo: R\$ 5.004.988,43), causando impacto nulo nas demonstrações financeiras do resultado, no momento da baixa realizada.

O modelo adotado entre FSFX e a Prefeitura Municipal de Itabira para administração do Hospital Municipal Carlos Chagas, em decorrência de contratos de Gestão firmados com secretarias dos governos Federal, Estadual ou municipal, que estabelecem, por meio de cláusulas específicas, que os bens de caráter permanente que venham a ser adquiridos com recursos transferidos pela esfera governamental, sejam considerados públicos, e que estes devem ser incorporados ao patrimônio do município em questão, não fazendo parte do imobilizado da FSFX.

A mudança do critério de adotado não afeta os resultados líquidos divulgados pela administração em nenhum período, sendo somente uma adequação patrimonial de ativos e passivos da FSFX junto a Prefeitura Municipal de Itabira.

11. Intangível

A composição do Intangível está representada a seguir:

| | Outros ativos intangíveis (a) | Sistema de computação | Pesquisa e desenvolvimento (b) | Total |
|---|-------------------------------|-----------------------|--------------------------------|----------------------|
| SALDO EM 01/01/2021 | 493.953,06 | 13.757.727,88 | 299.295,07 | 14.550.976,01 |
| Aquisições | - | 2.914.222,94 | - | 2.914.222,94 |
| Baixas | - | - | - | - |
| Transferência/Inventário | - | 827.589,29 | 931.230,05 | 1.758.819,34 |
| Amortização | (493.953,06) | (6.018.390,02) | (485.028,79) | (6.997.371,87) |
| Perdas por redução ao valor recuperável | - | 93.481,84 | - | 93.481,84 |
| SALDO EM 31/12/2021 | (0,00) | 11.574.631,93 | 745.496,33 | 12.320.128,26 |
| Aquisições | - | 1.106.003,28 | - | 1.106.003,28 |
| Baixas | - | (1.597,31) | - | (1.597,31) |
| Transferência/Inventário (c) | - | 2.696.753,32 | - | 2.696.753,32 |
| Amortização | - | (4.086.792,02) | (252.221,28) | (4.339.013,30) |
| Perdas por redução ao valor recuperável (d) | - | 7.919,35 | - | 7.919,35 |
| SALDO EM 31/12/2022 | (0,00) | 11.296.918,55 | 493.275,05 | 11.790.193,60 |

- (a) Intangível adquirido em 2011 pelo processo de incorporação das atividades de oncologia.
- (b) Neste grupo estão registrados os valores aplicados para pesquisa e desenvolvimento de plataforma de inteligência artificial, de computação cognitiva, objetivando melhor gerenciamento de recursos humanos, operacionais e de custos.
- (c) Referente a valores de Projetos de Tecnologia de Informação desenvolvidos pela FSFX em andamento, registrados inicialmente nas rubricas de imobilizado obras em andamento (NE 10) e transferidos para o intangível.
- (d) Em 2022 a FSFX realizou o teste do valor recuperável dos seus ativos intangível e identificou em sua unidade HC Cubatão (Cubatão/SP) a necessidade de reversão da provisão no valor de R\$7.919,35 em 2022 (2021: R\$93.481,84) devido, principalmente, a redução da expectativa de déficits até o fim do contrato em 28 de fevereiro de 2023, em função de novo aditivo contratual entre FSFX e Prefeitura de Cubatão assinados entre 2020-2022.

12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São registradas observando o princípio de competência, lastreadas, quando exigido, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------------|----------------------|
| CIRCULANTE | 85.814.304,67 | 58.525.860,10 |
| Provisões de Eventos a Liquidar P/ SUS (a) | 2.227.075,13 | 2.688.360,72 |
| Provisões de Eventos a Liquidar Rede Credenciada (b) | 41.807.801,96 | 31.460.902,92 |
| Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisado (c) | 38.676.371,64 | 21.164.315,43 |
| Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (d) | 3.103.055,94 | 3.003.258,96 |
| Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha (e) | - | 209.022,07 |
| NÃO CIRCULANTE | 4.083.194,75 | 4.298.146,65 |
| Provisões de Eventos a Liquidar P/SUS (f) | 4.083.194,75 | 4.298.146,65 |
| | 89.897.499,42 | 62.824.006,75 |

No passivo circulante são registradas:

- (a) Provisões de eventos/sinistros a liquidar para SUS, que tem como objetivo reconhecer os valores de ressarcimento ao SUS por “eventos” ocorridos pelos beneficiários dos Planos de Saúde da FSFX em unidades do SUS. Esta provisão é realizada com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI’s), observando-se os critérios definidos no manual contábil das operações do mercado de saúde complementar, considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas. Provisão para garantia de eventos já ocorridos na rede credenciada, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à FSFX.

Refere-se à provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial – TRA do 4º trimestre de 2022. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2022 divide-se em R\$37.507.830,30 de PEONA médico-hospitalar e R\$1.168.541,34 de PEONA odontológica (R\$20.193.381,30 de PEONA médico-hospitalar e R\$970.934,13 de PEONA odontológica em 2021).

Refere-se a provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados sus (PEONA SUS), constituída a partir de metodologia da ANS disponibilizadas para todas as operadoras de saúde em seu site.

PPCNG – Provisão de Prêmio/Contraprestação não ganha. Refere-se ao período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu.

- (b) R\$27.917,94 em 2022 contabilizados na conta referente a provisão de eventos a liquidar para o SUS – parcelamento, correspondente ao parcelamento do ressarcimento ao SUS devidamente aprovado pela ANS, considerando somente as parcelas com vencimento em prazo superior a doze meses (2021: R\$481.927,93) e R\$4.055.276,81 em 2022, contabilizados na conta referente a provisão de eventos a liquidar para o SUS – Ação Judicial com Depósito Judicial, correspondente aos valores relacionados a ressarcimento ao SUS que foram objeto de processo judicial com exigência do depósito judicial do valor integral do débito (2021: R\$3.816.218,72).

12. Débitos não relacionados a planos de saúde da operadora

Em 2022, os Débitos de assistência à saúde não relacionados a planos de saúde da operadora, estão demonstrados assim:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Provisão de Honorários Médicos Contratados (a) | 28.862.699,73 | 27.020.780,64 |
| Prestador de Serviço - Medicina Ocupacional | 180.066,46 | 130.815,68 |
| Prestador de Serviço - Intercâmbio Eventual | 28.458,52 | 211.242,47 |
| Honorários Médicos Contratados | 49.278,54 | 67.680,69 |
| | 29.120.503,25 | 27.430.519,48 |

a) Refere-se a provisão de honorários médicos a pagar para convênios que prestaram serviços à rede hospitalar da FSFX, que ainda encontram-se em processo de faturamento para efetivo pagamento.

13. Tributos e encargos sociais a recolher

Estão assim demonstrados:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------------|---------------------|
| INSS a Recolher | 1.174.418,94 | 1.017.359,98 |
| FGTS a Recolher | 2.191.053,05 | 2.148.529,71 |
| Imposto de Renda Retido de Funcionários | 1.980.722,13 | 1.792.727,16 |
| Imposto de Renda Retido de Terceiros | 459.576,79 | 362.029,29 |
| Cont.Social/COFINS/Pis-Pasep | 1.061.377,79 | 847.045,33 |
| Contribuições Previdenciárias Retida de Terceiros | 255.600,29 | 298.786,34 |
| Imposto Sobre Serviço Retido na Fonte | 1.589.264,08 | 247.853,94 |
| Outros Tributos e Encargos a Recolher | 205.324,08 | 147.512,49 |
| | 8.917.337,15 | 6.861.844,24 |

14. Débitos diversos

A Fundação possui débitos de diversas naturezas. No curto prazo estão apresentados os seguintes débitos:

| Obrigações Sociais | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------------|----------------------|
| Provisões de Férias | 22.287.853,47 | 21.085.810,51 |
| FGTS sobre Férias | 1.783.028,28 | 1.686.864,84 |
| Incentivo Por Desempenho a Pagar | 4.579.784,74 | - |
| Provisão rescisão de contrato de trabalho | 5.583.954,27 | - |
| Indenização Compensatória a Pagar | 3.547.725,00 | - |
| Outras Obrigações com Pessoal | 14.768,99 | 6.739,92 |
| Total de obrigações sociais | 37.797.114,75 | 22.779.415,27 |
| Obrigações com Terceiros | | |
| Fornecedores (a) | 34.801.132,18 | 26.339.253,30 |
| Depósito Benef e de Terceiro | 7.789.556,37 | 15.423.004,70 |
| Passivo de Arrendamentos (c) | 5.084.879,74 | - |
| Reserva Financeira Plano Fundo Saúde | 1.962.573,91 | - |
| Despesa Administrativa Contrato Gestão HMCC | 4.277.745,71 | 419.254,99 |
| Termo de Parceria Santander - Fidelização FOPAG | 2.193.509,15 | 2.945.569,43 |
| Outros débitos a pagar | 4.048.522,48 | 4.617.209,59 |
| Total de obrigações com terceiros | 60.157.919,54 | 49.744.292,01 |
| Total de débitos diversos no curto prazo | 97.955.034,29 | 72.523.707,28 |

a) O saldo por vencimento está assim distribuído:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| A vencer | 33.576.006,17 | 21.078.851,62 |
| Vencidos de 0 a 30 dias | 513.034,21 | 2.274.735,15 |
| Vencidos há mais 30 dias | 712.091,80 | 2.985.666,53 |
| | 34.801.132,18 | 26.339.253,30 |

No longo prazo estão apresentados nos seguintes débitos:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Parcelamento a pagar (a) | 91.000.000,00 | 91.000.000,00 |
| Verbas públicas (b) | 19.183.285,76 | 15.073.308,97 |
| Contrato de gestão HMCC | 3.823.021,10 | 6.017.626,12 |
| Doação | 41.050,66 | 77.887,47 |
| Passivo de Arrendamentos (c) | 9.633.4121,65 | - |
| | 123.680.770,17 | 112.168.822,56 |

- Referente ao valor a pagar da compra de imóvel em Belo Horizonte. O detalhamento da compra está divulgado na nota explicativa nº 32.1.
- Trata-se de incentivos, convênios e parcerias firmados com órgãos públicos (Municipais, Estaduais e Federais) e programas como Rede Cegonha, Rede Resposta, PROHOSP e Leitos de retaguarda. Em 2021, a FSFX obteve a aprovação de outros convênios Federais por meio de emendas parlamentares, termo de fomento e incentivos.

Os saldos de verbas públicas remanescentes, estão assim demonstrados:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Investimento Contrato d- Gestão - Imobilizado a Restituir | - | 4.570.713,19 |
| Investiment- PRONAS - Obras e Equipamentos | 418.204,65 | 440.868,74 |
| Investiment- PRONON - Reforma e Ampliação | 843.376,40 | 890.769,56 |
| Investimento Oncologia Pediátrica | 367.915,98 | 398.345,35 |
| Aquisição Emenda Parlamentar- SICONV - Convênio 883734/2019 | 144.439,89 | 164.933,37 |
| Aquisição Convênio 813506/2014 | 461.775,94 | 519.940,42 |
| -PROHOSP - Aquisição Imobilizado | 1.090.930,90 | 1.501.106,21 |
| Aquisição Emenda Parlamentar- 900000 - Termo de Fomento 004/2020 | 124.902,40 | 535.739,04 |
| Aquisição Termo de colaboração -82/2020 - 7477-2 | 95.441,46 | 793.533,47 |
| Aquisição Termo de colaboração 064/2020 | 245.392,87 | 878.641,39 |
| Aquisição Emendas Parlamentares Liberta Minas | 869.924,84 | 879.052,32 |
| Termo de Colaboração-70/2021 - Resolução 7.169 | 3.178,31 | 1.441.738,45 |
| SICONV Convênio 921373/2021 | 5.282.446,82 | - |
| Termo de Colaboração 084/2021 | 324.066,07 | - |
| Termo de Colaboração nº 062/2022 | 3.268.296,42 | - |
| Valora Minas Oti-iza SUS - HMC | 1.334.028,15 | - |
| Termo de Colaboração 083/2022 R\$ 238 mil | 342.084,13 | - |
| Termo de Colaboração 083/2022 R\$ 198 mil | 148.778,17 | - |
| Termo de Colaboração 086/2022 | 682.629,00 | - |
| Aquisição Termo de Colaboração nº 063/2022 | 1.519.413,38 | - |
| Outros | 1.008.068,22 | 1.314.822,11 |
| Saldo disponível para aplicação no exercício seguinte | 19.183.285,76 | 15.073.308,97 |

No exercício de 2022, a FSFX realizou captação e aplicou os recursos conforme demonstrado a seguir:

| | Movimentação de Verbas Públicas |
|------------------------------------|---------------------------------|
| Saldo em 01/01/2021 | 31.435.251,16 |
| Captação de Recursos | 38.503.662,31 |
| Rendimento de Aplicação Financeira | 417.453,71 |
| Aplicação de Recurso | (49.961.556,57) |
| Devolução de Saldo Remanescente | (5.321.501,64) |
| Saldo em 31/12/2021 | 15.073.308,97 |
| Captação de Recursos | 35.827.689,95 |
| Rendimento de Aplicação Financeira | 911.996,62 |
| Aplicação de Recurso | (32.338.749,98) |
| Devolução de Saldo Remanescente | (290.959,80) |
| Saldo em 31/12/2022 | 19.183.285,76 |

- c. Referente a Passivo de Arrendamentos de 31 contratos de locação de bens moveis e imóveis da FSFX, atendendo a Resolução Normativa 528/2022, que convalidou o CPC 06 – Arrendamentos para todas as Operadoras reguladas pela ANS.

15. Provisões

As provisões para ações judiciais seguem os critérios estabelecidos pelas normas contábeis, inclusive aquelas específicas d- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que toda obrigação judicial que envolva saída provável de recursos será provisionada e, portanto, reconhecida como passivo.

Na classificação da contingência quanto a probabilidade de perda, com a segurança necessária, a Administração leva em consideração a robustez da tese alegada e das provas disponíveis, os fundamentos legais e contratuais aplicáveis, a jurisprudência predominante e/ou pacificada, resultados anteriores de processos semelhantes da Fundação e, principalmente, a evolução negativa ou positiva do processo em análise (os valores provisionados são revisados a cada fase processual, conforme resultados de perícias, sentenças, acórdãos e fase de cálculos).

Os saldos referentes a provisões para ações judiciais estão demonstrados conforme a natureza da matéria discutida no quadro abaixo:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Passivo não Circulante | 72.388.572,38 | 12.231.982,20 |
| Provisão para Contingências Trabalhista (a) | 8.275.602,47 | 5.235.130,61 |
| Provisão para Contingências Tributárias | 1.830.951,41 | 1.351.184,88 |
| Provisão para Contingências Cíveis (b) | 6.124.161,70 | 5.645.666,71 |
| Provisão de ICMS Não Destacados em Notas Fiscais (b.1) | 51.679.742,34 | - |
| | 67.910.457,92 | 12.231.982,20 |

(a) Provisões para Contingências Trabalhistas: provisões referentes a ações judiciais movidas por ex-empregados da FSFX, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Horas Extras, Adicional Noturno, Insalubridade e Verbas Rescisórias, com chance provável de perda.

b) Provisões para Contingências Cíveis: provisões referentes a ações judiciais cíveis, movidas por usuários dos planos de saúde da operadora e da rede própria hospitalar da Fundação, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Danos materiais, Danos Morais, obrigação de fazer, obrigação de pagar e ressarcimentos.

(b.1) Conforme demonstrada na NE 1.1.1 Imunidades Tributárias ICMS, **o Estado de Minas Gerais pode vir a exigir dos fornecedores da FSFX** – contribuintes de direito, que possuem relação pessoal e direta com o fato gerador e que não tenham efetuado o destaque do ICMS sobre as mercadorias a ela destinadas –, referido tributo desde 07/07/2018. Neste sentido, conforme orientação dos assessores jurídicos da FSFX (Botelho Advogados), suportada por Legal Opinion emitida em 22/03/2023, a FSFX entende como provável o regresso de recursos relativos ao ICMS não destacados em suas Notas fiscais sujeitas a este tributo no período compreendido de 07/07/2018 a 31/12/2022, constituindo provisão cível para ICMS não destacado em notas fiscais de fornecedores no valor de R\$51.679.742,34 (2021:R\$ 0,00).

A metodologia de cálculo utilizada para suportar com razoabilidade as estimativas prováveis de Contingências dos fornecedores da "FSFX" no período de 07/07/2018 a 31/12/2022 foram realizadas considerando:

| | NF Tributada (b.1.1) | NF Não Tributada (Com Ref. % ICMS estimado: Fornecedores e Itens Semelhantes) (b.1.2) | NF Não Tributada (Sem Ref. % ICMS estimado: Média Ponderada NF Tributada e Não Tributada (Com Ref.) (b.1.3) | Subtotal (NF Não tributada) - Provisão | TOTAL |
|--------------------------|-------------------------|--|--|---|----------------|
| Valor NF - R\$ | 360.556.649,23 | 425.316.131,66 | 74.770.542,26 | 500.086.673,92 | 860.643.323,15 |
| Incidência-de ICMS - R\$ | 37.599.311,05 | 43.921.881,26 | 7.757.861,08 | 51.679.742,34 | 89.279.053,39 |
| Incidência de ICMS - % | 10,43% | 10,33% | 10,38% | 10,33% | 10,37% |

(b.1.1) Apuração de todo o volume de Notas Fiscais da FSFX que tiveram Incidência de ICMS no período. Após apuração, a FSFX identificou a Incidência média de ICMS no % de 10,43%.

(b.1.2) FSFX cruzou os fornecedores que tiveram itens tributados e aplicou o mesmo % de incidência nas Notas Fiscais que estavam cobertas pela Imunidade de ICMS.

(b.1.3) Fornecedores que a FSFX não tinha nenhuma referência de tributação, a FSFX decidiu por aplicar um estimativa, baseada em itens semelhantes tributados.

16.1 Movimentação Provisão Contingências

Abaixo encontra-se a movimentação de Provisões para Contingências Judiciais da FSFX:

| | Civil | Trabalhista | Tributária | Total |
|--|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Saldo em 01/01/2021 | 7.361.458,37 | 4.249.266,32 | 4.528,87 | 11.615.253,56 |
| (+/-) Adições (Provisões/Reversões + Atualização Monetária) | 903.605,96 | 3.218.355,68 | 1.364.283,61 | 5.486.245,25 |
| (-) Pagamentos | (2.619.397,62) | (2.232.491,39) | (17.627,60) | (4.869.516,61) |
| Saldo em 31/12/2021 | 5.645.666,71 | 5.235.130,61 | 1.351.184,88 | 12.231.982,20 |
| (+/-) Adições (Provisões/Reversões + Atualização Monetária) | 54.686.100,21 | 3.466.378,39 | 479.766,53 | 58.632.245,13 |
| (-) Pagamentos | (2.527.862,88) | (425.906,53) | - | (2.953.769,41) |
| Saldo em 31/12/2022 | 57.803.904,04 | 8.275.602,47 | 1.830.951,41 | 67.910.457,92 |

16.2 Processos Judiciais (Expectativa de perda possível)

A FSFX também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seu assessor jurídico.

Dessa forma, a FSFX não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

| Processos com Risco de Perda Possível | | |
|---|-----------------------|----------------------|
| Natureza | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Trabalhista (a) | 6.700.843,86 | 7.472.814,99 |
| Tributárias | 1.920.490,09 | 160.333,50 |
| Cíveis (b) | 20.107.598,64 | 18.182.145,67 |
| Multas e Juros ICMS Não Destacados em Notas Fiscais (c) | 133.704.435,42 | - |
| | 162.433.368,01 | 25.815.294,16 |

Em 31/12/2022 a FSFX mantém o total de 472 ações judiciais cíveis e trabalhistas, com risco de perda possível.

- a) Quanto às ações trabalhistas informamos o total de 71 ações, com valores possíveis de perda na ordem R\$6.700.843,86 (2021: R\$7.472.814,99), com diversos pedidos, sendo os mais recorrentes os pedidos de pagamento de horas extras, insalubridade, adicional noturno, diferença salarial, verbas rescisórias, retificação de PPP, danos morais, seguro-desemprego, multas e indenizações.
- b) Para as ações cíveis, informamos o total de 401 ações, com valores possíveis de perda no montante de R\$20.107.598,64 (2021: R\$18.182.145,67), tendo maior recorrência os pedidos de indenização por danos materiais e morais, pensão mensal vitalícia, obrigação de fazer e não fazer, obrigação de pagar e ressarcimento de despesas.

- c) A FSFX evidencia também, nesta Nota Explicativa, conforme opinião de seus assessores jurídicos, os riscos possíveis de provisões, relativos Efeitos do julgamento do Tema 885 pelo STF sobre o trânsito em julgado da Ação Declaratória 1.0313.04.150611-1/001 da FSFX (imunidade de ICMS sobre aquisição), onde o Estado de Minas Gerais pode vir a exigir dos fornecedores da FSFX – contribuintes de direito, que possuem relação pessoal e direta com o fato gerador e que não tenham efetuado o destaque do ICMS sobre as mercadorias a ela destinadas –, referido tributo desde 07/07/2018, acrescido dos juros moratórios e das penalidades cabíveis, tais como a multa por falta de destaque do ICMS (20% do valor da operação) e a multa de revalidação (50% do imposto não recolhido).

Nessas hipóteses, nossos assessores jurídicos opinam risco de perda como “provável” para os montantes principais não recolhidos (NE 16, b.1); e “possível” para os montantes relativos aos juros moratórios e às multas (quanto aos juros moratórios e às multas, os fornecedores da FSFX poderão invocar o parágrafo único do art. 100 do CTN, no sentido de que “a observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo”).

Esclarecemos que os processos cíveis contemplam demandas de assuntos variados, considerando que estão aí elencadas demandas relacionadas aos hospitais e à Operadora de plano de saúde Usisaúde.

As ações judiciais são monitoradas diariamente pela Gerência Jurídica e Governança Corporativa da Fundação São Francisco Xavier, com apoio de escritórios especializados, havendo enorme zelo e dedicação em relação ao seu acompanhamento.

17. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto por absorção dos déficits e superávits de cada ano, além da Reserva Estatutária que é constituída na percentagem de 10% sobre o superávit líquido do exercício. A destinação da Reserva Estatutária depende de deliberação do Conselho Curador da FSFX.

É vedado à FSFX distribuir seu superávit, devendo ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais ou compensação de déficits.

18. Contraprestações efetivas/Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde

Abaixo encontram-se os faturamentos emitidos para cobertura dos planos de assistência médico/hospitalar e odontológicos, com cobertura pré-estabelecido e pós-estabelecido, em 31 de dezembro de 2022, são divididos da seguinte forma:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Cobertura assistencial c/ preço pré-estabelecido Méd. Hosp | 523.228.301,60 | 421.840.978,95 |
| Cobertura assistencial c/ preço pós-estabelecido Méd. Hosp | 2.514.480,85 | 149.030.179,68 |
| Cobertura assistencial c/ preço pré-est. Odonto | 23.173.461,37 | 21.072.456,44 |
| (-) Contraprestações de corresponsabilidade transferida | (421.487,68) | (429.435,95) |
| | 548.494.756,14 | 591.514.179,12 |

Adicionalmente, a FSFX encerrou 2022 com um total de 262.333 beneficiários de plano de saúde (237.245 em 31 de dezembro de 2021). A distribuição de beneficiários entre plano médico e odontológico pode ser vista abaixo:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Plano Médico: nº de beneficiários | 194.315 | 172.533 |
| Plano Odontológico: nº de beneficiários | 68.018 | 64.712 |
| | 262.333 | 237.245 |

19. Eventos indenizáveis líquidos/Sinistros retidos

São registrados os eventos indenizáveis conhecidos e avisados, com preço pré-estabelecido e pós-estabelecido de assistência médico-hospitalar, consultas, terapias, exames, internações e outros atendimentos. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Modalidade Pré-estabelecido | (503.487.798,44) | (376.110.336,91) |
| Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp | (492.219.559,22) | (364.504.450,30) |
| Eventos conhecidos ou avisados de assistência odontológica | (11.268.239,22) | (11.605.886,61) |
| Modalidade Pós-estabelecido (a) | (2.059.968,88) | (146.783.253,55) |
| Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp | (16.350,75) | (143.930.340,42) |
| Eventos conhecidos ou avisados de assistência odontológica | - | (4.687,79) |
| Sistema Único de Saúde - SUS | (2.043.618,13) | (2.848.225,34) |
| Variação de Provisão Eventos Ocorridos e Não Avisados (b) | (17.611.853,19) | (2.448.047,55) |
| | (523.159.620,51) | (525.341.638,01) |

A menor evolução das despesas assistenciais está vinculada a adequação contábil, promovida pela exigência da ANS, através de sua RN 528/2022, alterando a forma de contabilização das receitas e despesas de planos pós-estabelecidos (Fundo Saúde), que até o encerramento de 2021, tinha sua contabilização realizada tanto nas Receitas de Contraprestações, quanto nas Despesas Assistenciais pós-estabelecidas.

A partir de 2022, com a adoção do CPC 47 – Receita de Contrato de Clientes, convalidado pela ANS em sua RN 528/2022, todas as receitas e despesas são realizadas dentro do mesmo grupo de eventos.

Em relação a utilização da rede de assistência as despesas com eventos estão distribuídas de seguinte forma:

| | Preço Pré | | Preço Pós | |
|-----------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Rede própria | (234.796.649,98) | (209.840.442,76) | (0,03) | (55.568.677,82) |
| Rede Contratada | (267.357.693,67) | (165.237.542,35) | (7.611,28) | (88.007.470,20) |
| Reembolso | (1.333.454,79) | (1.032.351,80) | (8.739,44) | (358.880,19) |
| SUS | - | - | (2.043.618,13) | (2.848.225,34) |
| | (503.487.798,44) | (376.110.336,91) | (2.059.968,88) | (146.783.253,55) |

(a) Neste segmento encontram-se registrados as despesas com eventos conhecidos ou avisados de assistência médico/hospitalar e odontológicos dos planos pós-estabelecidos pela Fundação Fundo de Saúde e Cosaúde (Encerrado em novembro de 2021), constituídos num sistema de mutualismo onde os beneficiários não são detentores das reservas financeiras constituídas.

(b) A Fundação constitui provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados – PEONA em atendimento à obrigatoriedade determinada pela ANS por meio do art. 3º da RN nº 393/2015, evidenciando mensalmente sua variação através de cálculo atuarial realizado por empresa independente.

19.1 Teste de adequação de passivos (TAP)

O teste de adequação de passivos tem por objetivo avaliar se as provisões técnicas constituídas pela Fundação estão adequadas para o cumprimento dos compromissos futuros. A Resolução Normativa nº 528/2022 exige que as operadoras de grande porte (acima de 100 mil vidas contratadas) realizem o TAP e evidenciem o resultado em notas explicativas.

A Fundação, por meio de consultoria atuarial externa realizou o TAP e diante dos resultados apresentados, concluiu-se que não há a necessidade de constituição de provisões técnicas.

O resultado final do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa dos eventos ocorridos e a ocorrer e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Seguem os valores apurados:

| Resultado Final do TAP - Eventos/Sinistros Ocorridos + a Ocorrer 2021 | | | | | | |
|---|--------------------------|-----------------|--------------------------|---------------|---|-----------------|
| | Eventos Ocorridos | | Eventos a Ocorrer | | Total de Eventos Ocorridos e Ocorrer | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Valor Presente dos Fluxos de Caixa Estimados (Despesa menos Receita): (1) | 82.328.493,19 | 44.378.046,09 | 42.581.841,15 | 26.044.461,52 | 124.910.334,34 | 70.422.507,61 |
| Provisões Constituídas (2) | (83.185.861,89) | (45.261.121,92) | - | 209.022,07 | (83.185.861,89) | (45.052.099,85) |
| Despesas Assistenciais a Ocorrer referente às receitas provisionadas na PPCNG (3) | - | - | - | (184.097,93) | - | (184.097,93) |
| TAP: (1)+[(2)+(3)] | (857.368,70) | (883.075,83) | 42.581.841,15 | 26.069.385,66 | 41.724.472,45 | 25.186.309,83 |

E 31 de dezembro 2022, a administração concluiu pela suficiência positiva em R\$ 41,72 milhões (2021: R\$25,19 milhões) milhões nas provisões técnicas constituídas no passivo da operadora.

20. Receita de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora

Registram-se nestas contas as receitas de convênios e parcerias firmadas com empresas públicas e privadas, hospitalar e odontológico, atendimentos particulares, atendimentos aos beneficiários do sistema único de saúde (SUS) e receitas com incentivos governamentais obtidos por meio de captação de recursos públicos e aplicados nas atividades sociais da FSFX.

As receitas podem ser assim demonstradas:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Receita com Operações de Assist. Méd. Hospitalar | 164.534.586,42 | 160.924.577,87 |
| Receita com Operações de Assist. Méd. Odonto | 4.349.901,43 | 4.516.321,24 |
| Receita com Operações de Assist. Méd. Hosp. SUS | 183.489.163,46 | 196.570.900,54 |
| Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual | 122.567,42 | 551.908,52 |
| Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. a Saúde | - | - |
| Outras Receitas Operacionais Méd. Hospitalar/Odont. (a) | 137.608.642,57 | 101.547.281,34 |
| | 490.104.861,30 | 464.110.989,51 |

(a) As outras receitas operacionais estão assim demonstradas:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Contrato de Gestão OSS (a) | 56.324.061,96 | 49.855.229,86 |
| Incentivos Governamentais (b) | 32.387.142,62 | 34.146.202,95 |
| Doações de Medicamentos | 1.916.287,87 | 3.395.770,88 |
| Serviços Contratados | 3.397.422,87 | 1.886.318,41 |
| Trabalho Voluntário (c) | 2.724.744,83 | 3.149.240,14 |
| Subvenções Estadual | 710.792,02 | 702.815,09 |
| Ganho em Processos Judiciais (d) | - | 4.851.451,59 |
| Termo de Parceria (e) | 752.060,28 | 1.469.575,66 |
| Reversão de PPSC (f) | 28.137.401,39 | - |
| Recomposição da Taxa de Administração do plano Fundo de Saúde (g) | 6.739.538,62 | - |
| Outras | 4.519.190,11 | 2.090.676,76 |
| | 137.608.642,57 | 101.547.281,34 |

(a) Refere-se aos valores faturados em contrapartida à gestão assistencial e administrativa do hospital Municipal Carlos Chagas, em Itabira/MG, pela FSFX.

(b) Receita com incentivos governamentais destinados a fornecer benefícios econômicos, utilizados conforme critérios estabelecidos nos contratos de parceria, gestão, portarias e contabilizados pelo regime de competência observando, conforme CPC 07 (R1) Subvenções e Assistências Governamentais.

(c) Refere-se ao trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, reconhecido e contabilizado pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

(d) Proveniente de reconhecimento de receitas, referentes ao reconhecimento de Direitos a receber de Processos judiciais, vide Nota explicativa nº 9.

(e) Refere-se a termo de parceria firmado entre o Banco Santander e Fundação São Francisco Xavier, relativo a exclusividade de parceiro bancário para seus colaboradores.

(f) Devido a reversão de PPSC de exercícios anteriores, atendendo a exigência da ANS a partir da Resolução Normativa 528/2022 – Planos de Contas Padrão, que normatizou que a reversão de PPSC de exercícios anteriores, deverão ser reconhecidas nas Receitas, em conta específica indicada pela ANS.

A reversão ocorrida em 2022, no montante de R\$28,2 milhões, refere-se, principalmente, ao pagamento de déficits de exercícios anteriores, dos planos de saúde administrados pela FSFX.

(g) Refere-se a recomposição e reajuste dos valores de Taxa de Administração de Plano Saúde Administrado pela FSFX.

21. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Despesas c/ operações de assist. Méd. Hospitalar (a) | (544.760.645,08) | (477.625.310,71) |
| Despesas c/ operações de assist. Odontológica (a) | (1.877.653,61) | (4.788.033,03) |
| Doações de Medicamentos (b) | (1.852.533,32) | (2.358.454,03) |
| Trabalho Voluntário (c) | (2.724.744,83) | (3.149.240,14) |
| Outras despesas operacionais | (3.501.248,14) | - |
| | (554.716.824,98) | (487.921.037,91) |

(a) Registram-se nestas contas as despesas decorrentes de serviços prestados de assistência médico/hospitalar e odontológica não relacionadas com a operação de planos de assistência à saúde da FSFX, sendo substancialmente, despesas com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenção, depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, consumo de materiais, medicamentos e outros.

(b) Registram-se nesta conta os valores de trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, reconhecido e contabilizado pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

(c) Refere-se a remuneração dos Diretores estatutários, Conselho Curador e Fiscal, mais bem detalhado na NE 32.2.

22. Despesas administrativas

Registram-se nesta conta os gastos incorridos pela área administrativa da FSFX, relacionados com a operação dos planos de saúde, de acordo com a RN 528/2022, Anexo IV do Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde, Item 4 – Fato gerador da despesa com eventos.

Abaixo, encontram-se as despesas administrativas, conforme plano de contas ANS:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------------------|------------------------|
| Despesas com pessoal próprio | (6.889.596,56) | (7.703.274,52) |
| Despesas com serviços de terceiros | (3.093.135,75) | (1.766.501,16) |
| Despesas com localização e funcionamento | (1.863.824,86) | (2.953.003,46) |
| Despesas com publicidade e propaganda institucional | (273.575,74) | (401.375,69) |
| Despesas administrativas diversas | (22.155.255,54) | (16.948.410,96) |
| Despesas com multas administrativas | (539.040,02) | (422.060,72) |
| | (34.814.428,47) | (30.194.626,51) |

23. Resultado Financeiro Líquido

23.1 Receitas Financeiras

As receitas financeiras da FSFX são assim demonstradas:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| Receitas com CDB / RDB | 20.646.999,93 | 13.271.819,63 |
| Receitas com Cotas de Fundos de Investimentos | 4.456.343,59 | 1.624.916,02 |
| Receitas com juros e multas sobre contraprestações | 1.780.447,19 | 1.277.072,45 |
| Receitas com atualização monetária Processos Judiciais | 8.791.095,02 | 6.227.138,77 |
| Outras Receitas Financeiras | 1.330.438,33 | 889.396,17 |
| | 37.005.324,06 | 23.290.343,04 |

23.2 Despesas Financeiras

As despesas financeiras da FSFX são assim demonstradas:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------------|---------------------|
| Despesas Financeiras Com Operações De Assistência À Saúde | 324.985,30 | 239.180,62 |
| Despesa Com Empréstimos E Financiamentos | 10.876.552,43 | 3.569.748,00 |
| Despesas Por Pagamentos Em Atraso | 549.600,61 | 824.569,42 |
| Despesas Financeiras Com Arrendamentos | 1.511.941,01 | - |
| Despesas Financeiras Diversas | 2.938.652,79 | 2.677.860,45 |
| | 16.201.732,14 | 7.311.358,49 |

24. Gratuidade e atendimento comunitário

Segundo a Lei Complementar 187/2021 para a entidade ser certificada como entidade beneficente pela prestação de serviços ao SUS ela deverá:

- I. Celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor SUS; e
- II. Comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.

Dessa forma a Fundação apresenta de forma consolidada e por unidade hospitalar os atendimentos realizados.

Durante o exercício de 2022, foram prestados atendimentos aos pacientes SUS (Sistema Único de Saúde), no somatório dos quatro hospitais geridos pela FSFX, medido por paciente dia mais atendimentos ambulatoriais conforme critério da filantropia, num percentual de 79,84% (77,99% em 2021), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da FSFX, percentual este superior ao mínimo obrigatório de 60%.

| Total de Atendimentos Realizados pela FSFX em 2022 | | | | | | |
|--|--|----------------------------------|--------------------------|-----------|---------------|---------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes financiam. | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 159.829 | 0 | 69.035 | 228.864 | 69,84% | 67,99% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 1.201.239 | 0 | 1.840.806 | 3.042.045 | 39,49% | 37,82% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 10,00% |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 79,84% | 77,99% |

A comprovação do percentual de atendimento nas Unidades Hospital Márcio Cunha unidade I, II e Oncologia, conforme regulamento, podem ser demonstradas na tabela abaixo, totalizando 69,40% (66,76% em 2021) de atendimentos SUS, também conforme critérios de apuração da filantropia:

| Atendimentos Realizado no HMC em 2022 | | | | | | |
|---|--|----------------------------------|---------------|-----------|---------------|---------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 92.304 | | 63.080 | 155.384 | 59,40% | 56,76% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 574.521 | | 1.684.808 | 2.259.329 | 25,43% | 26,05% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 10,00% |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 69,40% | 66,76% |

Durante o exercício de 2022, foram prestados no Hospital Dr. Luiz Camargo de Fonseca (HC), atendimentos aos pacientes SUS, medido por paciente dia mais atendimentos ambulatoriais (critério da filantropia), num percentual de 100% (97,81% em 2021). A comprovação do percentual de atendimento no Hospital de Cubatão (HC), conforme regulamento, pode ser assim demonstrada:

| Atendimentos Realizado no HC em 2022 | | | | | | |
|---|--|----------------------------------|---------------|---------|----------------|---------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 29.471 | | 2.070 | 31.541 | 93,44% | 87,81% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 358.370 | | 43.645 | 402.015 | 89,14% | 87,03% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 10,00% |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 100,00% | 97,81% |

No atendimento comunitário destaca-se também o Hospital Carlos Chagas, em Itabira, administrado pela FSFX desde 2016. Esta unidade é qualificada como Organização Social, mantido pela Secretaria Municipal da Saúde de Itabira e regido pelo contrato de Gestão, com objetivo de prestação de serviço de saúde exclusivo aos pacientes do SUS.

Durante o exercício de 2022, foram prestados no Hospital Carlos Chagas (HMCC), atendimentos aos pacientes SUS, medido por paciente dia mais atendimentos ambulatoriais (critério da Filantropia), num percentual de 100% (100% em 2021), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da FSFX sendo assim demonstrada:

| Atendimentos Realizado no HMCC em 2022 | | | | | | |
|---|--|----------------------------------|---------------|---------|--------------|--------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 23.796 | | | 23.796 | 100,00% | 100,00% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 178.322 | | | 178.322 | 100,00% | 100,00% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | - | - |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 100,00% | 100,00% |

Durante o exercício de 2022, foram prestados no Hospital Municipal Vital Brazil (HMVB), atendimentos aos pacientes SUS, medido por paciente dia mais atendimentos ambulatoriais (critério da Filantropia), num percentual de 88,59% (91,61% em 2021). A comprovação do percentual de atendimento no HMVB, conforme regulamento, pode ser assim demonstrada:

| Atendimentos Realizado no HMVB em 2022 | | | | | | |
|---|--|----------------------------------|---------------|---------|--------------|--------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 14.258 | | 3.885 | 18.143 | 78,59% | 81,61% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 72.377 | | 111.614 | 183.991 | 39,34% | 39,06% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 10,00% |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 88,59% | 91,61% |

Neste ano, incluímos também no acompanhamento da filantropia, a nova unidade de Diálise em Timóteo, que iniciou atendimentos em junho de 2022, realizando atendimentos ambulatoriais ao Sistema Único de Saúde e a Convênios, que também podem ser somados aos atendimentos da FSFX conforme regulamento da Filantropia, assim demonstrados:

| Atendimentos Realizado no Centro Avançado em Saúde Timoteo em 2022 | | | | | | |
|--|--|----------------------------------|---------------|--------|--------------|--------------|
| Descrição dos Serviços Prestados | SUS | Gratuidades c/ recursos próprios | Demais fontes | TOTAL | 2022 (% SUS) | 2021 (% SUS) |
| Diárias Internações Paciente/dia (Qtde) | 0 | | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Atendimentos Ambulatoriais (Qtde) | 17.649 | | 739 | 18.388 | 95,98% | 0,00% |
| Partic. Ambulatorial | Parágrafo Único do art. 32 da Portaria nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 0,00% |
| Percentual SUS | conforme Art. 24 e Art. 32 da Portaria GM/MS nº 1.970/2011 | | | | 10,00% | 0,00% |

25. Das imunidades tributárias

A FSFX é imune de contribuições sociais, conforme fundamento legal explanado na Nota explicativa nº 1, acima.

A composição do valor usufruído está assim demonstrado:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------------|------------------------|
| SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |
| INSS (Cota Patronal) | (65.749.601,51) | (65.008.535,77) |
| COFINS | (13.942.983,39) | (15.160.976,43) |
| PIS | (2.377.130,23) | (2.387.524,48) |
| CSLL | (13.415.730,88) | (5.498.384,75) |
| | (95.485.446,01) | (88.055.421,43) |
| Déficit / Superávit do exercício caso a Fundação não usufruisse das isenções | (159.708.269,85) | (67.161.177,14) |

26. Cobertura de seguros

A FSFX está segurada em apólice conjunta com os ativos da Usiminas S./A., que mantém cobertura de seguro em valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Sua cobertura é de 28 de junho de 2022 até 28 de dezembro de 2023 e abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de R\$ 514.326.286,62 para danos materiais e R\$ 243.000.000,00 de lucros cessantes.

27. Demonstrações do resultado do exercício – Modelo ITG 2002 (R1)

Abaixo encontra-se demonstrativo de resultado do exercício, conforme Modelo ITG 2002 (R1):

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | 474.190.529,97 | 477.344.289,23 |
| Com Restrição | 355.098.396,14 | 365.161.039,79 |
| Programa (Atividades) de Saúde | 352.373.651,31 | 362.011.799,65 |
| Trabalho Voluntário | 2.724.744,83 | 3.149.240,14 |
| Sem Restrição | 119.092.133,83 | 112.183.249,44 |
| Receitas de Serviços Prestados | 78.803.335,71 | 84.177.012,19 |
| Contribuições e Doações Voluntárias | 2.113.331,11 | 3.067.432,71 |
| Ganhos na Venda de Bens | 1.170.142,95 | 1.648.461,50 |
| Receitas financeiras | 37.005.324,06 | 23.290.343,04 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (137.510.610,79) | (137.201.465,13) |
| Com Programas (Atividades) | (137.510.610,79) | (137.201.465,13) |
| Saúde | (134.785.865,96) | (134.052.224,99) |
| Trabalho Voluntário | (2.724.744,83) | (3.149.240,14) |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| RESULTADO BRUTO | 336.679.919,18 | 340.142.824,10 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (400.902.743,02) | (319.248.579,81) |
| Administrativa | (431.226.036,34) | (398.264.031,20) |
| Salários | (260.837.678,72) | (250.186.083,52) |
| Encargos Sociais | (22.517.225,80) | (22.048.055,70) |
| Impostos e Taxas | (1.574.563,21) | (1.982.017,64) |
| Aluguéis | (827.459,32) | (6.750.806,19) |
| Serviços Gerais | (68.460.577,03) | (54.868.624,84) |
| Manutenção | (24.646.756,76) | (21.623.759,54) |
| Depreciação e Amortização | (41.607.319,07) | (36.413.468,19) |
| Perdas Diversas | (10.754.456,43) | (4.391.215,58) |
| Outras despesas/receitas operacionais | 30.323.293,32 | 79.015.451,39 |
| SUPERÁVIT-DÉFICIT DO EXERCÍCIO | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |

28. Conciliação do fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método indireto

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que as operadoras de planos de saúde apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. Nestes casos, a legislação vigente determina que se destaque a conciliação do superávit (déficit) na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

| ATIVIDADES OPERACIONAIS | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------|------------------------|------------------------|
| Superávit-Déficit do Período | | (64.222.823,84) | 20.894.244,29 |
| Ajustes para conciliação do superávit-déficit do período com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais: | | 86.691.574,45 | 43.397.131,75 |
| Constituição (Reversão) da provisão p/ créditos de liq. duvidosa | 5, 6 e 7 | 11.492.240,27 | 10.402.490,80 |
| Despesa com Juros de Arrendamentos | 10.3 | 1.511.941,01 | - |
| Ajuste de estoque | | (224.004,19) | (2.674.340,32) |
| Baixas de títulos por perdas | | 1.131.100,22 | 179.735,22 |
| Despesa com Juros de Contas a Pagar | 23.2 | 10.876.552,43 | 3.569.748,00 |
| Depreciações e Amortizações | 10 e 11 | 41.607.319,07 | 36.413.468,19 |
| Constituição (Reversão) de provisão para Impairment | 10 e 11 | (569.628,81) | (6.724.028,99) |
| Varição da PEONA | 19 | 17.611.853,19 | 2.448.047,55 |
| Ganhos e/ou Perdas na Alienação de Imobilizado | | 3.422.983,92 | (264.225,44) |
| Constituição (Reversão) de provisão para perdas de estoque obsoletos | 7(h) | (168.782,66) | 46.236,74 |
| Resultado do Período Ajustado | | 22.468.750,61 | 64.291.376,04 |
| (Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais | | (45.250.495,96) | (59.850.670,06) |
| Resgate/Aplicação Financeira | | 17.535.023,85 | (33.227.413,08) |

| ATIVIDADES OPERACIONAIS | NE | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|-------------------------|------------------------|
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 5 | (9.301.322,89) | 5.489.515,10 |
| Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora | 6 | (17.655.075,71) | (20.088.498,85) |
| Créditos Tributários e Previdenciários | | (59.183,66) | (35.850,22) |
| Bens e Títulos a Receber | 7 | (19.094.701,64) | (8.121.389,51) |
| Despesas Antecipadas | | (4.240.754,33) | (2.771.245,12) |
| Depósito Judicial | 8 | (12.434.481,58) | (1.095.788,38) |
| Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais | | 96.358.178,39 | (4.791.456,24) |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 12 | 9.461.639,48 | 5.407.127,74 |
| Débitos de Operações de Assistência à Saúde | | (24.772,92) | 128.696,95 |
| Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/Planos Saúde da Operadora | 13 | 1.689.983,77 | 5.224.079,25 |
| Provisões de Contingências | 16 | 55.678.475,72 | 616.728,64 |
| Tributos e Encargos Sociais a Recolher | 14 | 2.055.492,91 | (54.325,26) |
| Débitos Diversos | 15 | 27.497.359,43 | (16.113.763,56) |
| Caixa Líquido das Atividades Operacionais | | 73.576.433,04 | (350.750,26) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | (154.413.214,76) | (67.894.283,08) |
| Aquisição/Venda Ativo Imobilizado | 10 | (153.301.603,42) | (63.057.270,32) |
| Aquisição/Venda Ativo Intangível | 11 | (1.111.611,34) | (4.837.012,76) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | (17.093.284,25) | (3.569.748,00) |
| Empréstimos e Financiamentos a Pagar | 23.2 | (10.876.552,43) | (3.569.748,00) |
| Pagamento de Arrendamentos | 10.3 | (4.704.790,81) | - |
| Encargos Financeiros - Arrendamentos | 10.3 | (1.511.941,01) | - |
| Variação de caixa e equivalente de caixa | | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |
| Caixa Saldo Inicial | 4.1 | 136.956.417,63 | 208.771.198,97 |
| Caixa Saldo Final | 4.1 | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |
| DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES | | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |
| Ativos Livres no Início do Período | 4.1 | 136.956.417,63 | 208.771.198,97 |
| Ativos Livres no Final do Período | 4.4 | 39.026.351,66 | 136.956.417,63 |
| AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES | | (97.930.065,97) | (71.814.781,34) |

29. Critério utilizado pela operadora para o rateio dos custos da rede assistencial própria.

A FSFX possui rede assistencial própria (ambulatórios, consultórios, hospitais e outros) em sua estrutura patrimonial operando no mesmo CNPJ. O critério adotado segue modelo indicado pela ANS, nos moldes do capítulo III - Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde.

A FSFX precifica todos os atendimentos médicos nas redes assistenciais próprias, independentemente de ser beneficiário ou outro paciente, não registrando contabilmente e tão somente mantendo estes em controles gerenciais.

No final do mês, a FSFX precifica todos os atendimentos realizados em sua rede assistencial própria. A precificação dos beneficiários dos planos comercializados pela FSFX é efetuada pelo valor praticado em sua rede assistencial própria, de forma que a precificação dos beneficiários e outros pacientes sejam a mais próxima possível do praticado pela rede assistencial.

Com base nesses valores de “faturamento próprio”, a FSFX procede com o rateio dos custos, e registra contabilmente as receitas com atendimentos a pacientes que não são seus beneficiários como receitas com prestação de serviços não relacionadas com planos de saúde da operadora. Os custos referentes aos atendimentos desses pacientes são registrados como despesas com prestação de serviços não relacionados com planos de saúde da operadora.

Em relação aos seus beneficiários, a FSFX registra como despesas com eventos os custos incorridos para atendimento aos beneficiários de seus próprios planos, que é apurado pela proporcionalidade das despesas em relação ao “faturamento próprio” dos atendimentos relacionados aos seus beneficiários, que a Fundação precificou em controles gerenciais.

30. Organização social – contrato de gestão do Hospital Municipal Carlos Chagas

A gestão do Hospital Municipal Carlos Chagas (HMCC), no exercício de 2022, pautou-se pelos mesmos objetivos estratégicos da FSFX, na busca pela sustentabilidade, na melhoria contínua de seus processos e qualidade dos serviços prestados.

Em Janeiro de 2022, a FSFX pactuou o 14º Aditivo com o Município de Itabira/MG formalizando os repasses financeiros no montante de R\$ 1.235.245,00, sendo R\$ 300.000,00 para enfrentamento a COVID-19, conforme portaria do Ministério da Saúde 2.624/GM/MS de 28 de Setembro de 2020, R\$ 170.000,00, portaria do Ministério da Saúde 3.101 de 16 de Novembro DE 2020 e R\$ 565.245,00 portaria do Ministério da Saúde 3.682 DE 21 de dezembro de 2020 para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, R\$ 200.000,00 portaria do Ministério da Saúde 1.675 22 de Julho de 2021, incremento ao custeio dos serviços de atenção especializada à saúde, por fim definindo a retomada das provisões das despesas rescisórias do contrato de gestão para garantir os custos referentes às rescisões dos contratos de trabalho quando do encerramento do Contrato de Gestão.

O ativo, passivo e resultado do exercício da Filial OSS – Hospital Municipal Carlos Chagas findo em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstrados:

| ATIVO | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 12.156.707,48 | 5.238.054,04 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3.268.983,10 | 3.787.268,63 |
| Créditos a Receber | 7.951.197,03 | 148.668,85 |
| Estoques | 936.527,35 | 1.302.116,56 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 34.812,02 | 5.176.786,96 |
| Imobilizado | - | 5.174.823,71 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 34.812,02 | - |
| Intangível | - | 1.963,25 |
| TOTAL DO ATIVO | 12.191.519,50 | 10.414.841,00 |

| PASSIVO | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------------|----------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | 8.368.498,40 | 4.367.212,14 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 3.823.021,10 | 6.047.628,86 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 12.191.519,50 | 10.414.841,00 |

| DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------------|--------------------|
| Receita Operacional Bruta | 56.742.645,84 | 50.023.849,03 |
| Custos e Despesas Operacionais | (53.289.111,15) | (50.075.954,32) |
| Resultado Bruto | 3.453.534,69 | (52.105,29) |
| Resultado Financeiro Líquido | 18.343,24 | 52.908,42 |
| Resultado Patrimonial | (3.471.877,93) | (803,13) |
| SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO | 0,00 | 0,00 |

31. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Análise dos instrumentos financeiros

A FSFX participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir recursos financeiros gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias moderadas, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a pagar e a receber e outros referentes a instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, representam efetivamente o valor justo.

I. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: títulos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: títulos, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Fundação não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

As aplicações financeiras da Fundação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 4 e estão disponíveis para venda, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

A Administração acredita que o valor justo dos ativos e passivos financeiros da Fundação em 31 de dezembro de 2022 se aproxima do valor contábil, portanto não efetuou uma divulgação separada para o valor justo.

II. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos mensurados no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Para Fornecedores, Provisões técnicas de operações de assistência à saúde, Débitos de operações de assistência à saúde, Relacionamento com a Instituidora e Outras contas a pagar a técnica de avaliação é o Fluxo de Caixa descontado. Este modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

III. Estimativa do valor justo

Os valores justos informados no balanço patrimonial não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

O quadro abaixo apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos.

| | | Em milhares de Reais | | | |
|------------------|------------------|----------------------|------------|-------------|------------|
| Descrição | Nível Hierarquia | Valor Contábil | | Valor Justo | |
| | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Caixa | II | 692 | 3.472 | 692 | 3.472 |
| CDB/CDI | II | 27.199 | 72.706 | 27.199 | 72.706 |
| COE | II | - | 2.000 | - | 2.000 |
| CRI | II | 1.068 | - | 1.068 | - |
| Debentures | II | 6.048 | 3.037 | 6.048 | 3.037 |
| Fundo RF | II | 109.884 | 187.478 | 109.884 | 187.478 |
| Fundo Inflação | II | - | 6.054 | - | 6.054 |
| Letra Financeira | II | 33.003 | 31.955 | 33.003 | 31.955 |
| NTN-B | II | 7.351 | - | 7.351 | - |
| Poupança | II | 6.412 | 419 | 6.412 | 419 |
| | | 191.657 | 307.121 | 191.657 | 307.121 |

Gerenciamento dos riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a instituição contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão do risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A FSFX possui exposição para os seguintes resultantes de instrumentos financeiros: i) risco de mercado; ii) risco de crédito; e iii) risco de liquidez.

I. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado afetarem os ganhos da instituição no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A FSFX não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. Também não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

II. Risco de taxas de juros

A instituição não está exposta a riscos de taxas de juros.

III. Risco Cambial

A FSFX não está exposta a riscos cambiais.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da FSFX que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras. O risco atrelado a aplicações financeiras está vinculado, em sua maioria, ao CDI. Essas operações indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado justo, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Visando a apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, às quais a FSFX estava exposta em 31 de dezembro de 2022, foi realizada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma variação, para baixo ou para cima, na taxa CDI de 25% e 50% para ativos financeiros atrelados a taxas variáveis, demonstrado como segue:

| Remuneração do Capital - (12 meses adiante) | | |
|---|------------|------------|
| Risco nas taxas de juros - % | | |
| Descrição | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Risco CDI | 12,75% | 12,25% |
| Cenário (-50%) | 6,38% | 6,13% |
| Cenário (-25%) | 9,57% | 9,19% |
| Cenário Provável | 12,75% | 12,25% |
| Cenário (+25%) | 15,93% | 15,31% |
| Cenário (+50%) | 19,13% | 18,38% |

Risco de Crédito

É o risco de a FSFX incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da FSFX.

Contas a receber:

Risco de crédito para a Fundação é considerado baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do contas a receber da Fundação são relacionadas ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos sem o recebimento, a instituição adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A FSFX estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação ao contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionada a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Instituição avalie não ser possível recuperar o montante devido; nesta ocasião, os montantes são considerados irrecuperáveis e são registrados contra o ativo financeiro diretamente.

De forma geral, a Fundação mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações Financeiras:

A FSFX limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a FSFX tenha investido, em sua maioria, em ativos de renda fixa, aquela não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. As aplicações financeiras são concentradas em títulos públicos e bancos de primeira linha, classificadas, em sua maioria, em A, pelas principais agências de “rating”.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | | | | | | Em milhares de Reais | | |
|-----------------------------------|------------|-------------|-----|---------|------------|----------------------|-----|---------|
| Instituição | 31/12/2022 | Risk Rating | | | 31/12/2021 | Risk Rating | | |
| | | Fitch | S&P | Moody's | | Fitch | S&P | Moody's |
| Banco Bradesco S.A. | 30,13 | AAA | AAA | Aaa | 41.097 | AAA | AAA | Aaa |
| Banco BTG Pactual S.A. | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Banco Cooperativo do Brasil S.A | 687,91 | AA | - | - | 19.422 | AA- | - | - |
| Banco do Brasil | 21.396,57 | AA | - | Aaa | 16.220 | AA | BB- | Aaa |
| Banco Industrial e Comercial S.A. | 23,89 | AA | AAA | - | 24 | AA | AAA | - |
| Banco Mercantil do Brasil S.A. | 7.487,79 | A- | A | - | 6.710 | BBB+ | A | - |
| Banco Safra | 19.309,58 | - | AAA | Aaa | 41.315 | - | AAA | - |
| Banco Santander | 107.941,15 | AAA | AAA | Aaa | 112.032 | AAA | AAA | Aaa |
| Caixa Econômica Federal | 4.506,42 | AA | AAA | Aaa | 30.827 | AA | AAA | Aaa |
| Itaú Unibanco S.A. | 64,24 | AAA | AAA | Aaa | 12.416 | AAA | AAA | Aaa |
| XP Investimentos S.A | 30.209,32 | AA | AAA | - | 27.059 | AA | AAA | - |
| Total | 191.657 | | | | 307.122 | | | |

Risco de liquidez

É o risco de a FSFX encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da FSFX na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da FSFX.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de operações financeiras da FSFX. A FSFX possui controle dos projetos e aplicações financeiras para gerenciar os saldos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, sendo o risco de liquidez considerado pela administração como pouco relevante, frente à gestão dos recebimentos. Em geral, a FSFX não recorre a empréstimos bancários para suprir seu fluxo de caixa.

| Tabela de Liquidez | | | | |
|--------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Tempo | 2022 - R\$ | 2022 - % | 2021 - R\$ | 2021 - % |
| D + 0 | 39.703.482,21 | 21% | 224.129.458,93 | 73,00% |
| D + 20 | 0,00 | 0% | 13.629.625,20 | 4,00% |
| D + 30 | 0,00 | 0% | 61.205.167,06 | 20,00% |
| ANS | 93.254.415,08 | 49% | | |
| 3 a 12 meses | 8.330.009,64 | 4% | 2.000.000,00 | 1,00% |
| 1 a 3 anos | 26.311.573,65 | 14% | 2.738.578,87 | 1,00% |
| 4 a 6 anos | 12.417.252,53 | 6% | 3.419.082,67 | 1,00% |
| >6 anos | 11.640.089,80 | 6% | 0,00 | 0,00% |
| Total | 191.656.822,91 | 100% | 307.121.912,73 | 100% |

IV. Gestão de capital

Os objetivos da FSFX ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da FSFX para oferecer benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022, a FSFX possui, aproximadamente, 20% (2021: 34%) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras

V. Relacionamentos com a instituidora e instituída

A FSFX é independente da Instituidora, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A ("Usiminas"), bem como com a sua Instituída, Fundação Educacional São Francisco Xavier – FESFX, porém possui transações comerciais com elas, dentro das políticas de mercado. Os saldos e transações neste exercício estão apresentados nesta nota a seguir.

32. Relacionamentos com a instituidora e instituída

32.1 Transações de compra e venda de serviços / saldos a pagar e a receber

Em R\$

| Em R\$ | | | | | | | | | |
|-------------------------------|----|-----------------|----------------|-------------------------------|----------------|----------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Demonstração dos Resultados | NE | Grupo Usiminas | | Plano de Previdência Usiminas | | Fundação Educacional | | TOTAL | |
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas | | | | | | | | | |
| Plano de Saúde parte empresa | a | 263.627.398,53 | 224.709.280,11 | 835.220,86 | 735.695,39 | 1.275.444,56 | 1.156.942,25 | 265.738.063,95 | 226.601.917,75 |
| Outros serviços | b | 43.339.225,00 | 31.459.622,32 | 169.181,49 | 82.612,57 | 2.537.085,96 | 6.969.073,11 | 46.045.492,45 | 38.511.308,00 |
| Fundo Único de Reserva | c | 27.979.967,35 | - | - | - | - | - | 27.979.967,35 | - |
| | | 334.946.590,88 | 256.168.902,43 | 1.004.402,35 | 818.307,96 | 3.812.530,52 | 8.126.015,36 | 339.763.523,75 | 265.113.225,75 |
| Custos/Despesas | | | | | | | | | |
| Bolsas educacionais | d | - | - | - | - | (911.844,46) | (3.432.785,71) | (911.844,46) | (3.432.785,71) |
| Planos de previdência privada | e | - | - | (3.096.847,84) | (5.872.699,23) | - | - | (3.096.847,84) | (5.872.699,23) |
| Serviços compartilhados | f | (6.689.342,89) | (5.723.425,00) | 2.155.892,13 | - | - | - | (4.533.450,76) | (5.723.425,00) |
| Juros aquisição imóvel | g | (10.876.552,43) | (4.198.945,00) | - | - | - | - | (10.876.552,43) | (4.198.945,00) |
| | | (17.565.895,32) | (9.922.370,00) | (940.955,71) | (5.872.699,23) | (911.844,46) | (3.432.785,71) | (19.418.695,49) | (19.227.854,94) |

Os seguintes saldos estavam em aberto no fim do período de relatório:

| | NE | Grupo Usiminas | | Plano de Previdência Usiminas | | Fundação Educacional | | TOTAL | |
|--|----|----------------|----------------|-------------------------------|-------------|----------------------|--------------|----------------|----------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | | | | | | | |
| A receber planos de saúde | a | 15.518.565,87 | 34.405.359,06 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 93.408,43 | 15.518.565,87 | 34.498.767,49 |
| A receber outros serviços | b | 4.772.117,53 | 2.658.992,26 | 77.005,38 | 6.716,86 | 165.828,60 | 2.543.022,16 | 5.014.951,51 | 5.208.731,28 |
| Benfeitoria em propriedade de terceiro | c | 101.980.668,15 | 110.036.387,85 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 101.980.668,15 | 110.036.387,85 |
| | | 122.271.351,55 | 147.100.739,17 | 77.005,38 | 6.716,86 | 165.828,60 | 2.636.430,59 | 122.514.185,53 | 149.743.886,62 |
| Passivo | | | | | | | | | |
| A pagar bolsas educacionais | d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -76.546,34 | 0,00 | -76.546,34 |
| A pagar planos de previdência privada | e | 0,00 | 0,00 | -6.157,43 | -799.646,58 | 0,00 | 0,00 | -6.157,43 | -799.646,58 |
| A pagar serviços compartilhados | f | -2.017.814,58 | -1.131.359,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -1.131.359,55 |
| A pagar aquisição imóveis longo prazo | g | -91.000.000,00 | -91.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -91.000.000,00 | -91.000.000,00 |
| | | -93.017.814,58 | -92.131.359,55 | -6.157,43 | -799.646,58 | 0,00 | -76.546,34 | -91.006.157,43 | -93.007.552,47 |

a) Planos de Saúde e Odontológicos contratados pelo Grupo Usiminas (Parte empresa) e pela Fundação Educacional São Francisco Xavier - FESFX junto a Fundação São Francisco Xavier - FSFX , comercializados a valores de mercado.

b) Outros Serviços (Hospitalar, Odontológico, Medicina Ocupacional e de Saúde e Segurança do Trabalho) prestados pela FSFX ao Grupo Usiminas, comercializados a valor de mercado. Com a FESFX referem-se ao compartilhamento de serviços administrativos, conforme termo de Cooperação entre as partes.

c) A Fundação utiliza imóveis de propriedade da Usiminas nas suas operações, que estão sob a posse da FSFX através de contratos de comodato não onerosos. Estes imóveis estão instalados 2 hospitais da Fundação e outras unidades de negócio, onde nelas são realizadas benfeitorias para garantir a manutenção e ampliação das operações da FSFX.

d) A FSFX custeia bolsas de estudos para os seus colaboradores como benefício de emprego, junto a Fundação Educacional São Francisco Xavier – FESFX. Os valores são negociados ao mesmo preço de mercado.

e) Planos de previdência complementar da Previdência Usiminas, utilizado pela FSFX e oferecidos aos colaboradores como benefício de emprego. Valores são variáveis e de acordo com a opção de cada colaborador.

f) Refere-se a valores de serviços compartilhados entre as partes, nas situações em que há ganho de custo para as Fundações.

g) Em 2020, a FSFX realizou a aquisição de imóvel em Belo Horizonte por R\$130 milhões, para construção de um hospital, da Usiminas a preços de mercado, para expansão de suas operações. Entrada de 30% (R\$39milhões), com carência de 8 anos para pagamento do restante do principal em 7 anos. Correção monetária sobre o saldo devedor, de 105% do CDI.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias.

Neste exercício não há constituição de provisão para perda sobre créditos (PPSC) reconhecida com relação aos valores devidos pela instituidora.

32.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos Diretores estatutários, Conselho Curador e Fiscal que correspondem ao pessoal-chave da Administração e que é remunerado pela Instituidora Usiminas, está descrito a seguir no valor total conforme IAS 24 (CPC 05 (R1)) – Divulgações de Partes Relacionadas.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------|---------------------|---------------------|
| Trabalho voluntário | 2.724.744,83 | 3.149.240,00 |
| | 2.724.744,83 | 3.149.240,00 |

33. Transações não envolvendo caixa

- Refere-se ao reconhecimento inicial dos Direitos de Uso de Arrendamentos e o reajuste de 31 contratos, conforme adoção do CPC 06 (R2), evidenciados na NE 10.3.
- Transferências de inventário do Imobilizado para o Intangível no valor de R\$ 2.696.753,32, referente a Projetos de TI em andamento, evidenciados na NE 11.
- Baixas de bens patrimoniais do HMCC no montante de R\$5.004.988,43 que faziam parte do imobilizado da FSFX, pertencentes à Prefeitura Municipal de Itabira, evidenciados na NE 10.4.

34. Eventos Subsequentes

Entre 31/12/2022 até o encerramento destas demonstrações financeiras, a FSFX evidencia os seguintes eventos subsequentes:

- Em 27/02/2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), retomou e decidiu acerca de temas tributários, em especial o julgamento de dois temas específicos – o 881 e o 885. Com o julgamento destes temas o STF definiu novos contornos da coisa julgada e seus impactos, a qual fica sujeita a quebra automática nas hipóteses de decisão divergente proferida em ação direta ou em sede de repercussão geral. Em outras palavras, o STF decidiu pela possibilidade de reversão da coisa julgada em matéria tributária, o que impactou diretamente a isenção de ICMS obtida pela Fundação em ação transitada em julgado em 2011, com efeitos retroativos a 07 de julho de 2018, com estimativas, reconhecidas em provisões de contingências (NE 16 (b1)) em 2022, no montante de R\$51.679.742,34.

- b) Encerramento dos contratos de prestação de serviços com as Prefeituras de Cubatão e Timóteo para administração de seus hospitais, sendo: Hospital de Cubatão em 28/02/2023 e do Hospital Municipal Vital Brazil em 10/04/2022. A descontinuidade destes serviços não gera impactos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2022.

CONSELHO CURADOR:

Claiton Luiz da Costa

Presidente

Bruno Lage de Araújo Paulino

Conselheiro

Mateus Alexandre da Silva

Conselheiro

Leonardo Frizeiro

Conselheiro

Fernando Mazzoni Pena

Conselheiro

CONSELHO FISCAL:

Adriane Vieira Oliveira Albuquerque

Presidente

Lilian Drummond Diniz Malaco Moreira

Conselheira

Paulo Sávio Bicalho

Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA:

Flaviano Feu Ventorim

Diretor Presidente

Flavia Pereira Resende Braga

Diretora Administrativo Financeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Thiago Lucas Novais Caldeira

CRC MG: 102.421/O-5

PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Fundação São Francisco Xavier
Ipatinga, MG

1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Fundação São Francisco Xavier, CNPJ 19.878.404/0001-00, Registro na ANS 33.995-4, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendidas por: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 528/22 e suas alterações.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 393/15 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP.

3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão vigente em dezembro/2022 para:

- Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - Outros Prestadores comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial do 1º trimestre de 2019. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2022 para essa provisão é de R\$ 38.676.371,64, o qual divide-se em R\$ 37.507.830,30 de PEONA médico-hospitalar e R\$ 1.168.541,34 de PEONA odontológica.

4 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro do valor da provisão técnica calculado por NTAP vigente em dezembro/2022 e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda
CIBA nº 83

Marcos Vinicius Santos de Carvalho
Coordenador Técnico-Atuarial
MIBA/MTE nº 3.026

Beatriz Resende Rios da Mata Pfeilsticker
Diretora Técnica e Responsável Técnico-Atuarial
MIBA/MTE nº 1.474

The logo consists of the letters 'FSFX' in a bold, white, sans-serif font. The letters are slightly stylized, with the 'S' and 'X' having a modern, geometric feel. The logo is centered within a white dotted rectangular border.

FSFX

**FUNDAÇÃO
SÃO FRANCISCO
XAVIER**

fsfx.com.br